



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2014, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - CDEIC; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, DO SENADO FEDERAL.

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para discorrer sobre o tema: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil - referentes ao 2º semestre do exercício de 2013, e 1º semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e, ainda, para atender ao Requerimento nº 709/2014-CFFC/CD, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Antonio Imbassahy (PSDB/BA), demandando a sua presença para prestar esclarecimentos sobre divergências relacionadas com o cálculo do superávit primário consolidado do Governo Central”. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: - **Deputados:** Alexandre Toledo, titular da CMO/CN, Alfredo Kaefer, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Arnaldo Jardim, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Benjamin Maranhão, titular da CMO/CN, Betinho Rosado, titular da CMO/CN, Carlos Melles, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Celso Maldaner, suplente da CFT/CD e suplente da CAE/SF, Cláudio Puty, titular da CFT/CD e suplente da CMO/CN, Cleber Verde, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Daniel Almeida, titular da CMO/CN, Devanir Ribeiro, titular da CMO/CN, titular da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD, Edinho Bez, suplente da CFFC/CD, Edio Lopes, titular da CFFC/CD e suplente da CFT/CD, Felipe Maia, titular da CMO/CN, Izalci, suplente da CMO/CN, Lázaro Botelho, suplente da CMO/CN, Mário Feitoza, suplente da CDEIC/CD e titular da CFT/CD, Mendonça Filho, suplente da CFFC/CD e titular da CDEIC/CD, Milton Monti, titular da CMO/CN, Nelson Meurer, titular da CFT/CD, Pauderney Avelino, titular da CFT/CD, Paulo Pimenta, titular da CMO/CN, Rodrigo de Castro, titular da CMO/CN, Vanderlei Macris, suplente da CFFC/CD e Waldenor Pereira, titular da CMO/CN; - **Senadores:** Armando Monteiro, suplente da CMA/SF e titular da CAE/SF, Delcídio do Amaral, suplente da CMA/SF e titular da CAE/SF, Eduardo Amorim, titular da CMA/SF e suplente da CAE/SF, Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF, José Pimentel, titular da CAE/SF, Lúcia Vânia, suplente da CAE/SF, Mozarildo Cavalcanti, titular da CMO/CN e Vicentinho Alves, suplente da CAE/SF e titular da CMO/CN; Compareceu, ainda, o Deputado Amauri Teixeira - PT/BA, parlamentar não integrante das Comissões participantes. **ABERTURA:** às dez horas e vinte e um minutos, a reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP), que convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa: Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil; e o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do BACEN. O Presidente informou que de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado no mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpellar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpellado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Prosseguindo, o Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate e passou a palavra*



2



O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Bom dia a todos.

Declaro iniciada a 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2014 com a participação das seguintes Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos; Comissão de Meio Ambiente; Comissão de Defesa do Consumidor; e Comissão de Fiscalização e Controle; do Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido é a avaliação do cumprimento dos objetivos da meta das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal, nas suas operações, resultados demonstrados no balanço dos seguintes períodos: segundo semestre do período de 2013 e o primeiro semestre do exercício de 2014, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informo que, além do Dr. Alexandre Antônio Tombini, Presidente do Banco Central, compõem a Mesa os representantes das seguintes Comissões... Só que eles não estão presentes.

Anuncio a presença do Diretor de Administração do Banco Central do Brasil, o Sr. Altamir Lopes.

De acordo com o estabelecido no art. 398, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permita. Conforme o estipulado no art. 398, X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas no prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, pelo tempo de 30 minutos.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado.

Bom dia a todos!



Exmo. Sr. Deputado Devanir Ribeiro, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, Exmos. Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, estou aqui na condição de Presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao mencionado no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial e sobre o impacto e o custo fiscal de suas operações no balanço do Banco Central do Brasil — isso, referente ao período encerrado no primeiro semestre de 2014.

Estou aqui também para atender ao Requerimento nº 709, de 2014, de autoria do Deputado Vanderlei Macris.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, o Banco Central do Brasil apresentou o resultado positivo de 5,3 bilhões de reais no primeiro semestre de 2014. Esse resultado é explicado basicamente pela diferença entre receitas e despesas com juros incidentes sobre as operações de moeda local, tais como a rentabilidade dos títulos em carteira e o custo das operações compromissadas, a remuneração da Conta Única do Tesouro Nacional e a remuneração dos depósitos compulsórios, também pelo reembolso do Tesouro Nacional ao Banco Central, do custo de captação das reservas internacionais e pelo ajuste ao valor justo dos créditos a receber das instituições e liquidação.

Em conformidade com a lei, o resultado apurado no primeiro semestre de 2014 foi transferido ao Tesouro Nacional em setembro último. No primeiro semestre, o custo de manutenção das reservas internacionais, medido em reais, alcançou 71,5 bilhões de reais, dominado pelo efeito da apreciação da moeda nacional, de 5,98% naquele período. Desse valor, entretanto, há que se descontar o ganho obtido com as operações de *swap* cambial, que reduziu as perdas em 20,3 bilhões de reais.

Por último, para concluir as minhas considerações sobre as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro semestre de 2014, gostaria de ressaltar que o relatório da auditoria independente foi emitido sem qualquer ressalva e que citadas demonstrações foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional em agosto de 2014.



Exmos. Srs. Senadores e Deputados, em relação ao Requerimento 709, de 2014, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos:

A apuração dos indicadores fiscais pelo Banco Central, pela óptica do financiamento, segue padrões internacionalmente consagrados e tem como fonte básica de informação os dados contábeis das instituições financeiras.

O processo envolve, além da coleta automatizada desses dados, subsequente análise crítica e validação das informações, uma das fases indispensáveis à correta compilação e consequente confiabilidade das estatísticas. Logo, só existe um único resultado de apuração dos indicadores fiscais pelo Banco Central: aquele apurado e divulgado ao fim de todo o processo.

No caso específico, ainda na fase preliminar de apuração — o que não pode e nem deve ser confundido com o resultado final —, a coleta automatizada detectou variação relevante em grupamento contábil referente a ativo financeiro do Governo Federal, comparativamente a meses anteriores.

Em conformidade com o procedimento padrão, conforme descrevi, procedeu-se à análise e validação dos dados, quando se verificou que a origem da variação decorreu de mudanças no procedimento contábil utilizado por uma instituição financeira.

A referida mudança resultou na classificação desse ativo financeiro do Governo Federal em outro grupamento contábil, não abrangido na coleta automatizada para apuração fiscal, mas devidamente identificado na fase de validação analítica dos dados.

A partir da avaliação realizada, certificou-se que os valores constituíam ativo financeiro de titularidade do Governo Federal, sendo efetuados os registros cabíveis nas estatísticas fiscais. Assim, foram realizados, do ponto de vista da metodologia da apuração fiscal, todos os procedimentos adequados, em conformidade com os padrões internacionais, visando refletir corretamente os resultados fiscais do período.

Exmos. Srs. Senadores e Deputados, a partir de agora gostaria de contextualizar alguns aspectos macroeconômicos do atual cenário da economia brasileira.



A situação atual da economia internacional continua complexa, mas tende a favorecer o processo de retomada de atividade no Brasil e de convergência da nossa inflação para a meta.

Uma parte da complexidade reside na coexistência do desempenho positivo dos Estados Unidos da América com as persistentes dificuldades de outras economias sistêmicas, como a Europa, o Japão e a própria China. Outra parte da complexidade vem da tendência atual de baixa acentuada do preço do petróleo, o que, de modo geral, tem impacto positivo sobre o nível de atividade, mas pode, simultaneamente, acentuar o risco de deflação em economias sistemicamente importantes e, por outro lado, reduzir as pressões inflacionárias para um grupo importante de economias emergentes, que ainda estarão sujeitas aos efeitos de uma esperada valorização do dólar.

Assim, o desempenho das principais economias será determinado pela capacidade dos países em enfrentar seus desafios domésticos e externos. Nos Estados Unidos, espera-se a continuidade do bom gerenciamento do processo de normalização da política monetária, mantendo-se expectativas bem ancoradas e evitando-se sobressaltos. Na Europa e no Japão, espera-se a realização de reformas estruturais e a adoção de políticas que permitam vencer o ambiente de estagnação econômica. Na China, espera-se a sustentação da transição para um modelo de crescimento baseado no consumo doméstico, evitando-se a desaceleração abrupta. E, nos países emergentes em geral, espera-se o reforço e a manutenção da estabilidade macroeconômica e financeira das economias durante o processo de normalização monetária nos Estados Unidos.

Nesse ambiente, o declínio dos preços internacionais de produtos importantes da pauta de exportação brasileira tem contribuído para a redução do superávit comercial e a manutenção do déficit em transações correntes em nível superior a 3,5% do Produto Interno Bruto, como ocorrido em 2013.

Esse déficit corrente, reflexo também da necessária complementação da poupança externa à poupança doméstica, tem sido mais que integralmente financiado pelos investimentos estrangeiros direcionados ao País e, em especial, os investimentos estrangeiros diretos, que permanecem ingressando em montante



significativo acima dos 60 bilhões por ano e de forma disseminada entre os diversos setores da economia brasileira.

As perspectivas para o setor externo em 2015 são mais positivas e sustentam-se na expectativa de maior crescimento global na depreciação observada do Real e na ampliação da produção interna de petróleo, fatores que devem contribuir para o melhor desempenho da balança comercial em 2015.

O investimento estrangeiro direto, capital de longo prazo, que, por sua natureza, incorpora-se à estrutura produtiva do País, deverá continuar afluindo significativamente em função das perspectivas favoráveis para a economia brasileira e deve responder por parcela expressiva do financiamento do balanço de pagamento.

Nesse sentido, não vislumbro dificuldade de financiamento externo para os anos à frente. Ademais, destaco que permanece à disposição do Banco Central um volume considerável de reservas internacionais, bem como uma série de instrumentos que permitem regular de forma eficiente o mercado de câmbio.

Em relação à atividade econômica doméstica espera-se um ritmo de recuperação gradual ao longo de 2015 com a melhora progressiva dos níveis de confiança dos consumidores e empregados. Devo destacar que a despeito do baixo crescimento do produto esperado para 2014, a perspectiva é de mudanças favoráveis na composição da demanda e da oferta agregadas.

O consumo tende a continuar em expansão, embora em menor ritmo do que o observado em anos recentes. Em resposta a estímulos como o crescimento da renda e a expansão moderada do crédito. Os investimentos devem ganhar impulsos em resposta à recuperação da confiança e aos impactos das concessões de serviços públicos e a ampliação das áreas de exploração de petróleo dentre outros. Ao mesmo tempo, o cenário de maior crescimento global, combinado com a depreciação do Real deverá impulsionar as exportações do País.

Relativamente à oferta, emerge condições mais favoráveis à competitividade da indústria e da agropecuária, enquanto setores de serviços tendem a apresentar menores taxas de crescimento após longo período de expressiva expansão. Esses



fatores associados à melhoria da qualificação da mão de obra trarão melhores fundamentos para o crescimento nos próximos anos.

Destacam-se ainda para 2015 as estimativas de novo recorde de safra de grãos, impulsionando o crescimento da produção agropecuária, e a maturação de investimentos nos setores de petróleo e gás, com expectativas positivas para o desempenho da indústria.

É preciso mencionar que as condições do mercado de trabalho continuam favoráveis, com geração de empregos, continuidade do processo de formalização e manutenção da trajetória de expansão da renda real do trabalhador. A taxa de desemprego encontra-se em níveis historicamente baixos, sinalizando que estamos próximos ao pleno emprego. Nesse contexto para crescer a taxas mais altas é preciso estimular fontes complementares de crescimento e elevar a produtividade da economia.

Políticas públicas de aumento do acesso à educação e à qualificação de mão de obra são fundamentais para avançarmos nessa direção.

O mercado de crédito por sua vez segue evoluindo em ritmo compatível com o nível de atividade econômica sustentado por um sistema financeiro sólido, bem capitalizado e com índices de inadimplência historicamente reduzidos. Nesses últimos anos temos visto a expansão moderada do crédito, após uma década de crescimento acentuado, impulsionado pela ascensão social de parcela expressiva da população pelo processo de inclusão financeira e pelos avanços no mercado de trabalho.

Esse crescimento está sintetizado na evolução da relação crédito-PIB, credito-produto, que aumentou de 25% para 57% nos últimos 10 anos.

Excelentíssimos Srs. Senadores e Srs. Deputados, neste ponto, gostaria de fazer algumas considerações em relação à missão do Banco Central do Brasil de assegurar a estabilidade e o poder de compra da moeda por meio do controle da inflação.

Numa análise retrospectiva, quero destacar que o Banco Central manteve a inflação sob controle nos últimos anos, em que pesem alguns ventos contrários. A título de ilustração, eu mencionaria, de um lado, uma conjuntura internacional das mais complexas numa perspectiva histórica, reflexo da crise que emergiu em 2008 e



da recidiva verificada em 2011. De outro, a ocorrência de choques de preços desfavoráveis no âmbito doméstico, a exemplo dos decorrentes de condições climáticas das mais adversas, também numa perspectiva histórica.

Olhando adiante — e do ponto de vista de política monetária me refiro aos próximos anos —, o Banco Central neste momento trabalha para fazer com que a inflação retome o mais rápido possível a trajetória de convergência para a meta de 4,5% ao ano. O horizonte de convergência com o qual trabalhamos se estende até o final de 2016. Embora o esforço ora empreendido pelo Banco Central tenha como foco a trajetória da inflação nos próximos 2 anos, não se pode perder de vista que os ganhos decorrentes de esperada convergência da inflação para a trajetória de metas — como eu disse, em 2016 — estender-se-ão por vários anos, podendo inclusive ter caráter de permanência.

Antes de retomar a trajetória de convergência para a meta, mais precisamente ao longo do ano de 2015, na minha avaliação a inflação acumulada em 12 meses tende a permanecer elevada, em parte devido à ocorrência de dois importantes processos de ajuste de preços relativos na economia, a saber, o realinhamento dos preços domésticos em relação aos preços internacionais e o realinhamento dos preços administrados em relação aos preços livres da economia.

Recentemente, nós do Banco Central verificamos a intensificação dos ajustes de preços relativos, depreciação nominal do real e ajustes em preços administrados, e avaliamos que esses desenvolvimentos tornaram o balanço de riscos para a inflação menos favorável. Por conseguinte, entendo que não deveria ser tomado como surpresa nos próximos meses um cenário que contemple a inflação acima dos níveis em que atualmente se encontra. Independentemente disso, entretanto, estou convicto de que, após um curto interregno possivelmente em elevação, a inflação em 12 meses iniciará um longo período de declínio, que vai culminar com o atingimento da meta de 4,5% ao ano.

Diversos fatores apoiam esse meu entendimento a respeito da trajetória futura da inflação. Vou-me ater a alguns. O primeiro e o mais importante são os efeitos cumulativos defasados das ações de política monetária adotadas pelo Banco Central. Essa força preponderante tende a ser complementada por forças auxiliares, como uma política fiscal contida e iniciativas no sentido de moderar concessões de



subsídios por intermédio de operações de crédito. Não obstante o esforço da política monetária já realizado, tenho destacado em diversos fóruns, e aqui vou repetir, que não haverá complacência por parte do Banco Central do Brasil. Nas atuais circunstâncias, a política monetária deve se manter ativa, para conter os efeitos de segunda ordem dos ajustes de preços relativos que anteriormente mencionei. Ou seja, a política monetária deve evitar que esses ajustes se espalhem para o resto da economia na forma de aumento persistente da inflação.

Diante desse quadro, o Banco Central, no final de outubro passado, considerou oportuno ajustar as condições monetárias e intensificar esse ajuste no início de dezembro, com o objetivo de viabilizar um cenário de inflação mais benigno no período 2015/2016, horizonte relevante para a política monetária.

Por último, Exmos. Srs. Deputados e Senadores, em relação ao mercado de câmbio e às ações do Banco Central, ressalto que o programa de *swap* cambial conduzido pelo Banco Central do Brasil tem atingido plenamente seus objetivos. Em funcionamento desde agosto de 2013, ele permitiu amortecer as oscilações da taxa de câmbio, ao tempo em que fornece proteção aos agentes econômicos. O volume ofertado até agora — cerca de pouco mais de 100 bilhões de dólares equivalentes — corresponde a menos de 30% das reservas internacionais do País e não traz comprometimento a esses ativos, uma vez que esses instrumentos são liquidados em reais.

Além do mais, os *swaps* cambiais acabam representando uma oportunidade de redução do custo de carregamento das reservas internacionais, dentro de parâmetros admissíveis de *swaps* cambiais acabam representando uma oportunidade de redução do custo de carregamento das reservas internacionais, dentro de parâmetros admissíveis de risco e retorno. Essa situação, portanto, não enseja de nossa parte qualquer necessidade em curto e médio prazo de reversão dessas posições.

Entendemos, também, que o estoque de derivativos cambiais ofertados pelo BC, até o presente, já atende de forma significativa a demanda por proteção cambial da economia. Esse estoque de *swaps* vem sendo administrados em operações que são renovadas mensalmente, vencem quase que uniformemente, ao longo dos



próximos trimestres, e devem continuar a ser renovadas no futuro, observadas as condições de demanda.

Ao lado da oferta de proteção cambial oferecida pela economia, o Banco Central do Brasil também atua na regulação da liquidez do mercado à vista de dólares, oferecendo aos agentes econômicos linhas com o compromisso de recompra. Essas linhas sazonalmente são ativadas nos períodos de final do ano, como já iniciamos a fazê-lo em 1º de dezembro passado.

Para concluir, gostaria de dizer que, em relação ao conjunto das políticas macroeconômicas, entendo que o fortalecimento da política fiscal por meio de um processo consistente incrível de consolidação de receitas e despesas, rigorosamente conduzidas, deverá, ao longo do tempo, facilitar a convergência da inflação para a meta de 4,5% ao ano.

Atuando de forma independente, mas complementar, as políticas fiscal e monetária em ambiente de estabilidade e solidez do sistema financeiro nacional certamente serão cruciais para a retomada da confiança de empresários e consumidores na economia brasileira.

Para concluir, Sr. Presidente, eu vejo presentes a esta reunião colegas do concurso para o Banco Central, realizado ano passado. E em relação a esse tema específico eu gostaria de mencionar que a validade desse atual concurso foi prorrogada até setembro de 2015. Quer dizer, ainda temos a receber desse concurso, segundo o edital, 150 analistas e 50 técnicos, em relação aos quais o Banco Central irá, tratando diretamente com o Governo, ver a conclusão desse procedimento nos próximos trimestres.

Muito obrigado, Exmo. Sr. Presidente, e fico à disposição dos Srs. Senadores e Srs. Deputados para responde a suas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Na condição de Presidente desta Comissão, agradeço a exposição de V.Exa.

Eu ia anunciar, inclusive, os representantes das Comissões que aqui não estão presentes, por isso eu não os chamo.

Estão inscritos o Senador Eduardo Suplicy, os Deputados Amauri Teixeira, Mendonça Filho,...

Ouçó o Deputado Mendonça Filho, como Líder.



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu vou falar com Líder e também como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Como Líder. V.Exa. tem o direito de falar primeiro, como Líder.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - É, mas eu falo na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Falará na sequência.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu vou ouvir o Senador Suplicy,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Então, vamos ouvir o Senador Suplicy.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - ... o Deputado Amauri e depois, inspirado nas falas dos dois, eu falarei, por favor. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa. não é corintiano, mas é esperto, não é? Está bom. *(Riso.)* Está inscrito.

Então, com a palavra o nosso... *(Pausa.)*

O Vice-Presidente da Câmara dos Deputados está nos fazendo uma visita, o Deputado Arlindo Chinaglia.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por 3 minutos.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Caro Presidente, Deputado Devanir Ribeiro, prezado Presidente Ministro Alexandre Tombini, caro diretor Altamir Lopes, em primeiro lugar, agradeço a gentileza de aqui, logo, dar uma informação aos que aguardam a possibilidade de ingressar por concurso efetuado pelo Banco Central, porque há uma grande expectativa por parte deles, conforme o Presidente Devanir Ribeiro ressaltou. V.Exa. aqui já deu a informação de pronto.

Primeiro, gostaria de compreender um pouco melhor as demonstrações financeiras. Em especial, V.Exa. mencionou a questão das reservas que felizmente o Brasil tem colocado em alto nível nestes últimos anos.

A minha pergunta é mais para conhecimento: essas reservas, aquelas que estão em nível de mais de 370 bilhões, elas permanecem na contabilidade do Tesouro e/ou do Banco Central? Como se distingue? Só para eu compreender bem como funciona, uma vez que V.Exa. mencionou as reservas e também o resultado



que decorre da eventual variação dessas reservas, eu agradeceria uma explicação didática a respeito.

Acho muito importante a confiança que V.Exa. tem no sentido de que ainda que a inflação possa ser resistente a curto prazo, mas V.Exa. mencionou que tem elementos concretos para avaliar que até o final de 2015 estaremos nos aproximando do centro da meta, da ordem de 4,5%, e eu acredito que essa é uma meta muito importante, mas que precisa estar aliada também ao bom desempenho, em termos do crescimento da economia, da taxa de desemprego, que felizmente, conforme a sua exposição, está nos níveis mais baixos desde quando o IBGE mede a taxa de desemprego, o que é muito saudável, mas é importante que nós possamos melhorar o desempenho da economia e isso, possivelmente graças à melhoria das expectativas do comportamento da economia brasileira. Eu gostaria de lhe perguntar, até porque teremos uma decisão, daqui a instantes, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos relativa a propostas de modificação no ICMS de alguns setores. Por exemplo, eu recebi um apelo do Governador Geraldo Alckmin no sentido de que essa proposição que está para ser considerada agora deveria aguardar a reforma tributária que o Governo segundo da Presidenta Dilma está por realizar e empreender. Então, eu agradeço se V.Exa. puder nos informar em que medida a nova equipe econômica, da qual V.Exa. já está anunciado como pertencendo à mesma - e eu quero lhe desejar o melhor êxito juntamente aos novos Ministros, da Fazenda e do Planejamento - Joaquim Levy e Nelson Barbosa - mas em que medida estão, de fato, considerando uma modificação do sistema tributário e fiscal brasileiro importante.

Finalmente, nos últimos 15 dias estive no Brasil o economista Thomas Piketty, cuja obra *Capital no Século XXI* teve enorme impacto no meio acadêmico e econômico. E quando no Brasil ele ressaltou que, quando considerados os dados da receita fiscal das declarações de imposto de renda e de patrimônio, no período 2006 a 2012, nós teríamos, no Brasil, na verdade um crescimento da desigualdade de riqueza e de renda. Eu pergunto se a equipe econômica considerou essas informações, que análise faz dessas observações formuladas pelo economista Thomas Piketty e se, de fato, consideram que está havendo essa inversão no sentido de estarmos preocupados com uma concentração de riqueza e renda,



diferentemente do que ocorreu do início dos anos 2000 para cá. Então, que providências seriam consideradas pela equipe econômica?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Antes de passar a palavra para o próximo orador, eu gostaria de convidar para tomar assento à mesa o Deputado Mário Feitoza, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira. S.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Obrigado.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Mário Feitoza, o Deputado Devanir Ribeiro e o Sr. Altamir Lopes. Parabenizo o Ministro Alexandre Tombini pela recondução ao cargo.

Sr. Ministro, vou começar, como o Senador Eduardo Suplicy, dizendo que nós também temos a mesma preocupação. Nós já tivemos algumas audiências com o senhor. O Banco Central tem uma posição firme, o senhor tem tido uma posição favorável no sentido da reestruturação do banco, do fortalecimento do seu quadro, não só com a convocação dos concursados. Nos períodos anteriores a Lula, nós tivemos um desmonte total do banco, e o senhor tem feito uma recomposição desse quadro. Além da convocação dos concursados, é preciso rever o plano de cargos, principalmente em relação aos técnicos. O senhor tem feito essa discussão e tem se posicionado favoravelmente, mas o plano de cargos não tem avançado.

Inicialmente, como eu disse, quero parabenizá-lo. O senhor não foi reconduzido à toa, mas foi reconduzido pela forma como vem gerindo o banco, relacionando-se com os demais membros da equipe econômica.

As minhas perguntas são as seguintes: qual é a interação que o senhor já teve com os novos membros da área econômica? Qual é a disposição de eles manterem a política altamente positiva, implementada pelo Ministro Guido Mantega, que tem gerado emprego e renda como nunca foi feito no Brasil? O senhor já teve uma conversa? Já participou de reuniões? Como está a articulação com a nova equipe econômica?

Qual é a influência dos 12 anos de controle de inflação dentro da meta? Nós tivemos, talvez, o período mais longo de controle da inflação. A inflação, nesses 12



anos, manteve-se dentro da meta, ou no centro ou na margem superior, mas tem se mantido dentro da meta. Qual é a influência dessa estabilidade da inflação para a captação de investimentos estrangeiros? Qual é o nível de investimento estrangeiro em função desse cenário?

Eu também gostaria que o senhor fizesse uma análise do cenário internacional para o próximo semestre. Qual é o quadro internacional? Nós sabemos que o Brasil mantém o índice macroeconômico positivo, mas o índice de desemprego está baixíssimo. Nós estamos vendo aqui no relatório, distribuído pelo senhor, que a Europa vive com um índice de desemprego que é quase o dobro do Brasil. Nós temos um índice de desemprego baixo.

Nós temos ainda um crescimento econômico pequeno, mas crescemos, ao contrário de outros países que têm decrescido. Qual é a perspectiva do cenário internacional para o primeiro semestre de 2015? Vai melhorar? E isso, evidentemente, contribuiria para melhorar esse cenário.

Então, seriam essas as minhas perguntas.

Eu gostaria, Deputado Devanir Ribeiro, para que não fiquemos aqui como é uma tradição nefasta desta Casa, que V.Exa. estabelecesse um teto para a inscrição, porque é comum aqui o Ministro começar de manhã e terminar à noite, e vai chegar gente à tarde e se inscrever. E aquelas pessoas que não viram a exposição do Ministro, que não estão na discussão, que se inscrevam e falem à tarde.

Então, eu proponho que V.Exa. dê um tempo para fechar as inscrições, a fim de que nós tenhamos uma audiência razoável, e não uma tortura, como, às vezes, temos aqui nesta Casa, uma tortura desnecessária. Vai chegar o momento em que só vai haver repetição, as pessoas vão querer aqui mostrar falas, sem nenhuma produtividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Mendonça Filho, Líder do DEM. V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu louvo a disposição do Deputado Amauri Teixeira para o debate, como sempre.



Saúdo o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Devanir Ribeiro, o Deputado Mário Feitoza, o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Tombini; e o Dr. Altamir Lopes, que acompanha o Presidente do Banco Central.

Eu vou fazer algumas considerações. Primeiro, eu lamento dizer que esse é um governo esquizofrênico, um governo que tem um comportamento realmente bastante esquisito, porque, quando o governo, no passado, beneficiou-se de um *boom* econômico extraordinário, com a supervalorização das *commodities* — e isso favoreceu muito a balança comercial brasileira —; o mundo crescia fortemente, a China impulsionava os países em desenvolvimento do padrão do Brasil, todo o mérito do crescimento alcançado pelo País era do Governo brasileiro, da equipe petista.

Quando o quadro se inverte, aí a coisa muda de figura. Todo o pecado e todos os fatos relacionados ao lado negativo, à estagnação econômica vivida pelo País, são debitados à crise econômica internacional. Só que os números não batem, porque o mundo cresce mais do que o Brasil. Na América Latina, o Brasil perde apenas para pouquíssimos países, dentre os quais a Argentina e Venezuela, que são países notadamente geridos dentro de uma lógica bolivariana, que tem afundado as suas nações em uma situação para lá de caótica. A gente está acompanhando o desenrolar do quadro de hiperinflação na Venezuela e de crise econômica e social, com graves repercussões, fora uma semiditadura instalada pelo Governo Maduro, infelizmente com o aval internacional do Governo brasileiro em muitas situações.

Mas, voltando para a realidade nacional, Presidente, eu quero dizer, antes de mais nada, que V.Exa. é realmente uma pessoa que pode se dizer um sobrevivente em uma equipe econômica que remou contra o Banco Central. O seu esforço no comando do Banco Central foi enorme para sustentar economicamente o País em uma posição de mínima estabilidade.

Se nós analisarmos a evolução ou, para ser mais preciso, a involução do Governo Dilma, nesses últimos 4 anos, veremos que é uma coisa gritante, porque tudo que a Presidente Dilma pegou, no início do seu primeiro mandato até hoje, ao final do seu mandato, piorou: todos os indicadores econômicos que você possa



considerar, como dívida pública, a consolidação da dívida pública bruta, durante a gestão Dilma Rousseff; o quadro de inflação acima do teto da meta — e, neste mês de novembro, superou o teto da meta, com chances razoáveis de nós terminarmos o ano com um quadro bastante crítico também com relação a isso —, a inflação que, como já disse, é realmente persistente e atormenta a vida do povo brasileiro, e a taxa de juros. Se eu não me engano, a taxa de juros, no início da gestão da Presidente Dilma, era de 10% ao ano, não é isso? E hoje está no patamar de 11,75% ao ano.

Quero indagar de V.Exa. se, porventura, há alguma relação, e eu sei que a política pelo menos dita publicamente pelo Governo brasileiro e pelo próprio Banco Central é de não interferência, de certa autonomia administrativa por parte do Banco Central, autonomia operacional, melhor falando. Mas não dá para a gente desconsiderar que a Presidente Dilma, como candidata à reeleição, pregou durante a campanha política que tudo estava uma maravilha, o Brasil não vivia nenhuma dificuldade econômica, o contexto era bastante promissor, do ponto de vista de qualquer indicador, e esse quadro não merecia grandes alterações.

Esse era o discurso da Presidente Dilma, inclusive chegando ao displante, ao absurdo de acusar os adversários de tentarem praticar, eventualmente, políticas, se porventura fossem eleitos, que seriam contra o interesse da sociedade brasileira.

A então candidata Dilma Rousseff disse que Marina Silva colocaria o Ministério da Fazenda sob a guarda e o comando de banqueiros; depois, acusou o mesmo com relação ao candidato Aécio Neves, dizendo inclusive que Armínio Fraga representaria o mercado financeiro e, como tal, seria contrário ao interesse da sociedade brasileira. Um absurdo, pois se trata de um técnico e um profissional da melhor qualidade.

E, passado o período eleitoral, Sr. Presidente, o que a gente viu? Primeiro, a Presidente Dilma convidou o Presidente do Bradesco, Dr. Trabuco, que eu considero um grande profissional, uma figura respeitável no mercado financeiro, para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda. Mas o Dr. Trabuco não aceitou o convite.

Sr. Presidente, eu quero mais 5 minutos como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa. está se inscrevendo como Líder?



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Líder. Eu agrego esses 5 minutos como Líder.

Depois da negativa do Dr. Trabuco, ela teve que recorrer ao Dr. Joaquim Levy, que também é um grande economista, mas de uma linha ortodoxa, para consertar as desarrumações que foram consagradas durante a sua gestão nos primeiros 4 anos de mandato.

Então, é muita contradição. O Governo, que acusava a Oposição de querer implantar um regime ortodoxo econômico no País, recorreu a um economista ortodoxo para consertar essas desarrumações. E a gente sabe que, quando o sujeito não tem credibilidade, ou o governo não tem credibilidade, a ortodoxia tem que ser ainda maior.

Então, o que se viu? E faço a seguinte pergunta a V.Exa.: por que o Banco Central aumentou a taxa de juros em 0,25%, 3 dias depois da eleição? E, logo depois, mais meio por cento, totalizando 0,75%?

Quer dizer, o Banco Central sucumbiu à pressão da Presidente Dilma de tirar aumento de juros do processo eleitoral. Essa é a leitura da sociedade brasileira, porque o cidadão hoje que paga uma compra, através de crediário, que paga o financiamento de um automóvel ou de uma casa própria, está questionando essa questão da taxa de juros. A Presidente Dilma elegeu-se com a tese de que a taxa de juros deveria cair, mas, 3 dias depois, ela manda subir, e muito. Os juros aumentaram em 0,75 ponto percentual, e já está se falando que a taxa de juros vai alcançar mais de 12%, em 2015, para ajustar a economia.

A gente sabe que a economia está toda desarrumada. Está mesmo, porque o PT, através da Presidente Dilma, empreendeu todos os esforços para ganhar uma eleição com uma margem mínima, imputando aos seus adversários fatos negativos que ela ousou praticar logo depois da eleição.

Em relação aos preços administrados, a gente sabe que o Governo também patrocinou reajustes de gasolina, de combustíveis em geral e de energia. Qual é a perspectiva para o ano de 2015? Persistência no aumento dos preços?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa. tem 1 minuto.



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu peço a V.Exa. um pouco de paciência, Sr. Presidente. A gente tem tão poucos aqui para debater um tema tão relevante.

A persistência no aumento dos preços administrados, aumento da taxa de juros e a consagração de um superávit primário, segundo declarações já oficiais do futuro Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de 1,2% para o Orçamento de 2015.

Então, eu quero anunciar aqui ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento que, hoje à tarde, nós vamos ter sessão para debater a LDO de 2015 e que nós da Oposição vamos entrar em obstrução. Nós não vamos deixar votar a LDO de 2015. Por quê? Porque o Governo desmoralizou a LDO de 2014, Sr. Presidente, e passou por cima da Oposição.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem vigência para 12 meses, mas, faltando pouco mais de 20 dias para o final do exercício, querem alterar a LDO, o que é uma aberração jurídica e fiscal. E, agora, querem modificar todos os critérios com relação à LDO de 2015, sem a gente ter a certeza de que ela vai ser cumprida.

Então, para concluir, eu quero pedir a V.Exa. que convide o futuro Ministro Joaquim Levy, já que ele não é Ministro — e eu vou apresentar aqui um requerimento na sessão de hoje à tarde —, para que venha ao plenário da Comissão Mista de Orçamento, a fim de assumir publicamente o compromisso de cumprir a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2015.

Há sinais de que o Governo quer aprovar tão somente a LDO de 2015, não aprovar a Lei Orçamentária Anual — LOA, para que se governe o País, a partir do próximo ano, com o duodécimo de 1/12. É um absurdo o Governo, mais uma vez, comandar o Orçamento da União, sem levar em consideração naturalmente o interesse da sociedade e a representatividade do Parlamento, a quem cabe acompanhar todas as contas públicas.

Então, estou antecipando para V.Exa. que vou apresentar, hoje à tarde, um requerimento convidando o Dr. Joaquim Levy para que venha aqui ratificar os compromissos com relação à meta de inflação, à meta de superávit primário e à meta de endividamento público. Ele já anunciou que quer reduzir, a partir de 2015, o endividamento público, que já bateu a casa dos 63% do PIB.



Portanto, ele tem que vir aqui para assumir esse compromisso. E mais: o Governo tem que dar a palavra de que, além de aprovar a LDO, assegurará a aprovação também da LOA de 2015. Do contrário, a Oposição vai ficar em obstrução, e a mesma dificuldade que o Governo teve para aprovar a LDO de 2014 e a sua alteração, essa aberração geral que nós vivenciamos essa semana, ele terá em dobro para aprovar a LDO de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Para encerrar.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Então, está dito aqui claro. Com todo o respeito que tenho por V.Exa., Tombini, quero dizer que eu respeito muito profissionalmente a sua pessoa. Acho que a sua forma de conduzir e comandar o Banco Central do Brasil é uma forma distinta, muita embora V.Exa. tenha que fazer um esforço fenomenal para tapar os buracos e segurar na política monetária a desarrumação promovida pelo Ministério da Fazenda, que puxa para um lado, puxa para outro, e sobra para o Banco Central do Brasil.

Infelizmente, a gente viveu um período negro na história econômica brasileira quando a Presidente Dilma levou o Banco Central a retardar o aumento da taxa de juros tão somente por conta do processo eleitoral. Eu lamento muito.

Quero fazer, só para concluir, um elogio ao Dr. Tombini, um elogio final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa., para concluir...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Para concluir, eu quero dizer que ele fez muito bem em recuar aquela iniciativa do Procurador do Banco Central que queria processar um economista, o Dr. Schwartzman, porque opinou contrariamente à política monetária, à política econômica do Governo brasileiro.

Aquilo foi uma coisa inacreditável. Mas, felizmente, o Presidente Tombini fez o Banco Central recuar daquela decisão esdrúxula e absurda que viraria anedota internacional, em termos de avaliação econômica, por parte de economistas que acompanham as evoluções dos Bancos Centrais do mundo todo.

Então, agradecendo ao Presidente Devanir Ribeiro, quero ratificar que ou o Governo traz o Joaquim Levy aqui para explicar as metas para 2015 e assume compromisso com a LOA ou a LDO de 2015 vai ter mais dificuldade que a LDO de 2014 para ser aprovada aqui no Congresso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Não respondendo a V.Exa., mas só alertando quem está aqui, se não aprovarmos a LDO, não vamos ter as emendas impositivas.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não estou preocupado com emendas impositivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Não está preocupado?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Nenhuma preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Então, V.Exa. precisa conversar com a base aí.

Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer. V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Não estendidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Não estendidos. Vai querer o de Líder, não é?

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Eu vou procurar me ater ao tempo determinado.

Sr. Presidente, Deputado Devanir Ribeiro, Presidente Mário Feitoza, Presidente Tombini, Altamir Lopes, do Banco Central, que tem sempre convivido com a nossa Comissão de Finanças e Tributação nesses anos todos — e estou completando 8 anos de Comissão de Finanças —, eu queria falar do controle de inflação que nós temos administrado no País, mesmo não o mantendo dentro da meta, via Banco Central.

Eu fico me perguntando muitas vezes como é o dialogo entre Banco Central e autoridade monetária, até onde ela está estabelecida, no sentido da persuasão efetiva de que o País poderia ter um controle de inflação muito mais voltado para o caminho fiscal do que para o caminho monetário.

O Presidente agora tem 4 anos no Banco Central. Então, já dá para dizer — e se fosse 1 ano, se fossem 6 meses, poderia ser questionado, mas, há 4 anos do seu convívio com a estrutura do Banco Central, e evidentemente há que ter sintonia com a autoridade monetária — se as equipes de economistas, os técnicos do Banco Central, os técnicos do Tesouro e os técnicos da Fazenda não se comunicam, se não há essa persistente interação.



Tecnicamente a gente sabe que o caminho é via equilíbrio fiscal ou, então, arrocho monetário. Até onde existe essa conversa nesse sentido? Gente, não tem outro caminho: há que se fazer equilíbrio fiscal, redução do gasto público. E isso, nesses 4 anos, não vem acontecendo.

E aí eu entro em uma questão técnica: se efetivamente não há disciplina fiscal e sobra ao Banco Central a tarefa de controlar, com muita luta, a inflação — e aí entro na área técnica —, se o caminho efetivamente é via controle, via taxa de juros, por que o mecanismo único e efetivo do aumento da taxa SELIC? Se o controle da inflação é via arrocho monetário, por que não há outros instrumentos, como depósito compulsório, enxugamento da liquidez e outras coisas, que, em última instância, também alcançariam o mesmo objetivo? A taxa de juros controla o consumo e arrefece a inflação. O arrocho monetário, por outro caminho, também faria o mesmo trabalho.

E por que a minha indagação? Porque, no mínimo, se economizaria taxa de juro, ônus do Tesouro porque, ao se aumentar a taxa SELIC, você faz o controle monetário, mas tem um custo extraordinário da dívida pública. Então, essa é a minha indagação.

E aí eu estendo isso à política, à prática da administração das nossas reservas. Ora, os países economicamente estabilizados, estruturados, mantêm reservas, mas reservas líquidas, pelas suas sobras, fundos soberanos, e assim por diante. A nossa reserva é lastreada, é fundeada em título público. Aqui, endividou-se, emitiu título, aumentou o endividamento, paga-se juros e coloca o dinheiro lá fora. E rentabilizando quanto? Um por cento ao ano! E, aqui, paga-se em reais uma taxa SELIC de 11,75% neste momento. Então, esse é o meu questionamento, e já o fiz diversas vezes na Comissão de Finanças e Tributação.

Por que, então, esse volume? Nós precisamos ter 400 bilhões de reservas internacionais; hoje temos aproximadamente 375 bilhões de reservas, que nos remuneram 1% no exterior e que nos criam um impacto aqui de 1% ao mês e lá de 1% ao ano. Nós não precisaríamos ter 375 bilhões de reservas, mas a metade disso, que seria factível. É preciso ter reserva, sim, para ter o colchão de estabilidade, e concordo com isso. Mas, seguramente, nós não deveríamos ter uma reserva lastreada em custo de taxa SELIC a 11,75%



Faço a minha última indagação. O Líder Mendonça Filho tirou aqui do meu escrito, e eu também faço esse questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Então, encerrou?

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Até onde ficou combinado, dentro da dita autonomia do Banco Central, que não teríamos aumento de taxa de juros antes da eleição? Tivemos dois aumentos na taxa básica de juros: um de 0,25 e outro de 0,50, logo em seguida à eleição. Se tecnicamente o Banco Central sabia que tinha que aumentar a taxa de juros, porque não o fez ainda, escalonadamente, no decorrer do ano até antes das eleições?

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Antes de passar a palavra para o próximo orador, eu queria anunciar também a presença do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, nobre Senador Blairo Maggi, do PR de Mato Grosso, e do Vice-Presidente Eduardo Amorim, de Sergipe.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Mendonça Filho.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu sugiro a V.Exa. que a gente tenha a oportunidade de ouvir o Presidente do Banco Central, porque me parece que já falaram cinco Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Não, quatro.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Então, quatro Parlamentares. Eu acho que, a cada grupo de três Parlamentares, a gente tem que dar a palavra ao Presidente, porque, do contrário, fica muito distante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Eu combinei aqui com o Ministro que o Deputado Arnaldo Jardim, que é o próximo inscrito, vai falar. Aí serão cinco oradores, e a gente completa. Quando chegar mais gente...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu queria falar logo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Como?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu queria falar nesse primeiro bloco.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Vamos fazer grupo de três, Sr. Presidente, grupo de três.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não, grupo de três...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Vamos mais um.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Até para não ser deselegante com o Deputado Arnaldo Jardim, eu poderia requerer o espaço de Liderança como Vice-Líder do PT, e aí eu seria o último do bloco, e ele ficaria fora. Então, eu sugiro que nós dois, que estamos inscritos, possamos falar, e aí a gente fecha o primeiro bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Vamos entrar em um acordo? Tudo bem? O.k.?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Eu sei que V.Exa. está atento e que vai ficar aqui até o fim, vai ouvir o Ministro.

Com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Jardim — e eu ia falar Senador, Arnaldo, estava te anunciando —, o nosso grande representante do Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Muito obrigado.

Sr. Presidente Devanir Ribeiro, Presidentes que aqui já estão anunciados, quero dizer da minha satisfação de poder participar deste encontro, com as presenças do Dr. Alexandre Tombini e do Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do Banco Central.

Quero fazer uma referência pessoal a respeito do Sr. Alexandre Tombini. Eu tive o privilégio de conhecê-lo ainda como Diretor de Normas, do Banco Central. Tivemos uma oportunidade, para mim, muito prazerosa, que foi quando, juntos — posso assim dizer —, caminhamos para que tivéssemos a nova legislação sobre o cooperativismo de crédito, matéria da qual fui Relator aqui e o Dr. Tombini, desde aquela época, um grande incentivador, o que me permitiu com ele conviver e reconhecer, portanto, a sua postura como homem público e a sua capacidade.

Dr. Tombini, aqui nós temos a oportunidade de discutir a sua prestação de contas, aquilo que faz o Banco Central, e nós temos algumas premissas. Eu bem sei do seu comportamento e do seu cuidado de se manter na função de guardião da moeda e também sei da delicada fronteira que é discutir outros aspectos da gestão econômica do País, na medida em que há uma equipe designada aí. Mas nós não podemos nos furtar a ver o contexto em que o Banco Central atua, em que a diretoria tem a sua responsabilidade.



Eu quero dizer também que festejo o fato de V.Exa. estar sendo um sobrevivente a esse período, a essa equipe econômica. Diferentemente do que disse o Deputado Amauri Teixeira, podem-se festejar alguns aspectos, mas, sem dúvida, nós vivemos uma situação delicadíssima no País: uma situação de perda de referência de preços relativos; uma situação em que fatores macroeconômicos fundamentais — a estabilidade da moeda — estão comprometidos.

O Brasil hoje vive o risco de ter o rebaixamento de *investment grade* se não forem adotadas medidas. Eu espero que a nova equipe econômica, com o papel do Banco Central, possa fazer frente a isso. Nós somos aqueles que queremos a estabilidade da moeda. Sabemos da importância de termos o combate sistemático à inflação.

Eu recebo aqui a prestação que V.Exa. nos oferece como uma prestação sintética, bem conduzida, mas que deixa uma série de entrelinhas que certamente uma leitura um pouco mais acurada... E um debate que nós poderíamos fazer... Eu ressalto hoje uma presença muito significativa aqui, Deputado Devanir, da Oposição. A maioria dos Parlamentares que aqui estão — estiveram ao longo do processo como um todo — são da Oposição, que é uma grande minoria da Casa, dando bem conta daquilo que é a nossa preocupação de produzir o contraditório e poder discutir os temas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Mas todo Governo só é bom quando tem uma oposição competente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - E V.Exa. é uma oposição competente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pois é. Tentamos ser. E isso deve ser festejado mesmo. Algumas vezes a condução, aqui ou no plenário, parece ser, ao invés de saudar, uma disposição de tratorar. Aí não é bom. Mas, quando V.Exa. diz isso, nós nos sentimos em casa.

Dr. Tombini, o primeiro capítulo é a questão da inflação. Todos nós temos uma preocupação, e a tabela que V.Exa. nos oferece aqui é uma tabela que diz que nós temos uma tendência de convergência à meta. Está certo? Eu estou falando da tabela apresentada aqui na página 36. Só que na mesma página 36 nós temos um



quadro que diz bem do ajustamento de preços relativos em curso. E aí nós temos dois cenários de preço que concorrem para que possamos ter, afinal, o indicador da inflação.

Os preços livres estão em queda — é o que essa tabela identifica aqui na página 36 —, e os preços monitorados estão em alta. V.Exa. sabe que a tendência é que esse aumento dos preços monitorados se acentue. O de combustíveis é um caso clássico; o de energia, outro caso evidente; nós tivemos o chamado represamento de uma série de preços. Chegamos ao ponto de a ANEEL postergar a entrada em vigor das chamadas bandeiras tarifárias. Com aquilo tudo que tem sido desembolso para fazer frente ao custo de operação das térmicas, nós vamos ter um custo crescente com relação a isso.

Eu queria perguntar a V.Exa. de que forma essa tendência de alta está sendo considerada, em que cenário isso foi previsto pelo COPOM e se isso enseja uma tendência em que nós tenhamos um aumento da taxa SELIC.

O segundo parâmetro importante do ponto de vista da nossa economia é exatamente a questão da balança comercial. Nós tivemos um crescimento muito acentuado das importações. E aqui no gráfico, que é exatamente o gráfico da página 32, nós mostramos o que V.Exa., naquilo que nos põe, coloca na frente: moderação.

Nós tivemos uma diminuição das importações em relação ao PIB de uma forma significativa. Chegamos ao patamar de mais de 6% e baixamos a 1,1%. Eu não sei se festejo isso, e V.Exa., conhecedor que é da economia, também — tenho certeza — tem preocupações com relação a isso.

Quando a importação cede e é de bens duráveis, nós podemos festejar, porque isso pode ser um sinal — está aqui o nosso querido Armando Monteiro, Presidente da CNI e agora futuro Ministro —, um sinal de que a nossa indústria poderia, de alguma forma, estar preenchendo esse espaço. Só que aqui me parece que a diminuição das importações se deva à baixa atividade econômica.

Eu gostaria que V.Exa., por favor, detalhasse essa análise. Nós não podemos festejar quando isso acontece, porque isso pode significar a diminuição de compra de bens de capital, de máquinas e equipamentos, e isso vai ter a consequência, não a longo prazo, mas a médio prazo, de não conseguirmos recuperar a nossa produtividade.



Finalmente, porque o Presidente já me faz um aceno, eu quero me concentrar, Dr. Tombini, na questão referente ao superávit. Nós temos uma grande polêmica nesta Casa. Nós estamos tendo uma mudança do conceito para corresponder a uma situação de fato. O superávit anunciado de 116% será praticado, quem sabe, num superávit positivo de 10%. Os números ainda não estão fechados. Agora, a nova autoridade, e isso é que é um determinante, agora, no relatório do Senador Vital do Rego, fala de um cenário de 1,2% como um cenário que seria o previsto pelo Governo para 2015 — 1,2% do PIB. Do ponto de vista de convergência ao centro da meta de inflação, qual a análise de V.Exa. sobre qual seria o superávit necessário para que nos tivéssemos consistência para buscar o centro da meta inflacionária?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Temos cinco inscritos. Falaram cinco. Para que o Ministro não se perca, nós vamos, então, pedir que responda aos cinco Deputados e ao Senador Eduardo Suplicy. Depois, nós abrimos... Lembramos o seguinte: após as respostas do Ministro, S.Exa. poderá ser interpelado por 2 minutos. É o que diz o nosso Regimento.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - V.Exa. vai encerrar as inscrições quando?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Esse é o Regimento do Senador Renan ou o seu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Bem, como V.Exa. fica pertinho dele — Pernambuco e Alagoas estão próximos —, é melhor V.Exa. perguntar a ele.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Só geograficamente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu sou autor de um requerimento, solicitando a presença do Dr. Tombini aqui, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Isso foi feito de maneira articulada e conjunta com a Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa. pode se inscrever.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Agora, eu queria saber se o meu tempo... Como autor do requerimento, regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro - Cinco minutos.

V.Exa. está inscrito.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Obrigado.

Com a palavra o Ministro Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores. Obrigado pelos comentários, pela oportunidade de debater com V.Exas.

Início pela sequência: o Senador Suplicy indaga sobre o registro contábil das reservas internacionais, se isso estaria no Tesouro ou no Banco Central. Está no Banco Central. Inclusive neste conjunto de gráficos e tabelas que eu distribuí a V.Exas., atendendo à lei, na tabela 6, do lado dos ativos, nós veremos, na primeira linha, ativos em moedas estrangeiras, cotados em reais, no dia 30 de junho de 2014. Ou seja, as reservas estão contabilizadas no balanço do Banco Central em moeda nacional.

Ele mencionou que na minha apresentação inicial, nas palavras introdutórias, eu teria sugerido que até o fim de 2015 estaríamos nos aproximando do centro da meta. O que eu disse foi "no período relevante". E eu aqui procurei ser claro. Com "período relevante", eu me referia a 2015 e 2016. Mas o que eu posso dizer em relação à indagação do Senador Suplicy é que nós faremos o possível para trazer essa inflação mais para baixo neste ano que se inicia, em 2015, e a convergência para o centro da meta em 2016, portanto no período relevante para a política monetária, olhando desde hoje.

Mencionou algo em relação à reforma tributária. Não é minha área. Os novos Ministros devem estar estudando uma série de medidas no campo tributário. Eles melhor o dirão. Certamente naquilo que puder contribuir, o Banco Central vai contribuir com a sua inteligência econômica e também com o seu conhecimento em matéria fiscal. Como V.Exas. sabem, nós somos responsáveis pelo cálculo do resultado fiscal no conceito do financiamento, conceito abaixo da linha, ou seja, da variação passivos e ativos das entidades públicas dos vários níveis de Governo com o Sistema Financeiro Nacional. Então, nós conhecemos essa matéria, porém não



está na nossa responsabilidade definição nem da política fiscal, nem da política tributária, nesse caso, mas certamente colaboraremos com a atual equipe, com a nova equipe nesse trabalho.

Em relação à questão do economista Thomas Piketty, o Senador Suplicy menciona que, de acordo com esse economista, caso fossem considerados dados recentes, possivelmente o quadro de concentração e distribuição de renda seria diferente. Temos que lembrar também que, considerados os dados da Receita, nós deixaremos por fora também toda a variação patrimonial daqueles cidadãos isentos. Então, tem-se que comparar essas duas realidades. Certamente nós temos feito avanços importantes na questão da desigualdade social nas últimas décadas no País.

No que se refere ao Deputado Amauri Teixeira, eu gostaria de agradecer os cumprimentos, enfim todas as palavras gentis em relação ao Banco Central do Brasil. Quero dizer que, em relação à modernização da carreira dos técnicos, a questão do nível superior, nós temos simpatia, como V.Exa. bem sabe, e continuaremos o diálogo com o Governo nessa matéria.

Em relação à interação com os novos membros da política da área econômica, os Ministros já designados, porém ainda não empossados... Os dois Ministros já conhecemos — eu, o Altamir e outros colegas do Banco Central — nas nossas carreiras no setor público; enfim, temos com eles interação, conhecemos bem as novas lideranças da área econômica. Certamente vamos trabalhar de forma articulada. Como eu mencionei no meu discurso, a minha visão em relação a essas políticas macroeconômicas é que as políticas têm que ser independentes, ainda que se complementem. Então, as definições de políticas têm que ser tomadas de forma independente, com os seus objetivos assegurados a cada uma das políticas, mas certamente temos de reconhecer as complementariedades que existem.

Então, creio que — para responder à sua pergunta — a condução seguirá uma trajetória de crescimento sustentável, quer dizer, com inflação sob controle do nosso lado e com um crescimento que se sustente ao longo do tempo, para fazer a consolidação e alavancar os avanços sociais que o País vem conseguindo nesses últimos anos.



A influência do controle da inflação, nos últimos 11 ou 12 anos, como V.Exa. mencionou... Eu creio que é importante, sim. Ainda que nós queiramos uma inflação menor do que a de hoje, certamente a inflação está sob controle, e tem estado, por ação do Governo, por ação do Banco Central. Nós temos a missão de trazê-la mais para baixo, e vamos fazê-lo. Agora, no contexto internacional, certamente a inflação na economia brasileira deixou de ser um problema pelo fato de termos um Banco Central preocupado com as metas estabelecidas. Se não as cumprir, tem que se explicar. Essa é uma garantia de que a inflação permanecerá sob controle ao longo do tempo. E isso, digamos assim, se não ajuda, certamente não atrapalha os investimentos estrangeiros internacionais. Olha-se uma série de outras variáveis, inclusive a dimensão do nosso mercado, a nossa capacidade produtiva. Enfim, há uma série de outros fatores que são levados em consideração.

Em relação ao cenário internacional, eu falei brevemente, nas palavras introdutórias, que há certa dissincronia nos ciclos monetários hoje no mundo. Temos os Estados Unidos, por um lado, mais avançados no processo de normalização das condições monetárias e financeiras, e temos ainda grandes áreas econômicas como Europa e Japão, que estão ainda adicionando estímulos monetários nesse momento. Então, essa dissincronia, por um lado, é boa, porque não está todo o mundo puxando para a mesma direção, e a liquidez internacional, de certa forma, ainda que menos favorável do que hoje, continua bem ao longo dos próximos trimestres, digamos assim, e, por outro lado, também esse diferencial de crescimento não permite uma visão totalmente clara a respeito da recuperação da economia mundial nesse período que V.Exa. menciona, ou seja, o primeiro semestre de 2015.

Nós achamos, sim, em consonância com o que preveem os organismos multilaterais, que o mundo crescerá mais em 2015 do que cresceu em 2014, e o comércio global expandirá mais fortemente em 2015 do que expandiu em 2014. Isso deve ter certamente impacto sobre as perspectivas, pelo menos impacto do setor externo na economia brasileira.

Assim, esgoto as perguntas do Deputado Amauri Teixeira.

Passo, então, às indagações do Deputado Mendonça Filho. Em relação à questão da política econômica e da política monetária ao comportamento, digamos



assim, de autonomia operacional do Banco Central, eu queria dizer que, em relação à nossa política monetária, de abril de 2013 a abril de 2014, os juros subiram 375 pontos. Essa dimensão foi, coincidentemente, do tamanho de outros ciclos, como o ciclo de 2010 e o ciclo de 2004. Quando nós paramos de subir os juros, em abril deste ano, e chegamos a setembro de 2014 — 2 e 3 de setembro, quando foi a reunião do COPOM —, nós não decidimos assim: *“Vamos nos reunir porque decidimos que temos que reunir”*. O nosso cronograma é definido com 1 ano de antecedência. Isso faz parte inclusive da transparência e da qualidade, digamos, da governança de uma instituição como o Banco Central.

Então, não há improvisação em relação ao tempo em que as decisões são tomadas. Só para recapitular: subimos 375 pontos, mais de 1 ano subindo juros. Ou seja, com a economia desacelerando, mas focando na inflação.

Se V.Exa. se recorda, em setembro, quando decidimos não subir, qual era a narrativa do Banco Central? A narrativa do Banco Central era que, no período relevante para a política monetária, 2 anos à frente, nós não contemplávamos, na nossa estratégia de política monetária, qualquer redução na taxa de política. Isso ficou muito claro. Foi dito pelo Banco Central que nós não contemplaríamos qualquer redução na taxa dentro da estratégia de conduzir a inflação para o centro da meta num horizonte relevante. Então, essa era a narrativa, a comunicação do Banco Central em 2 e 3 de setembro, quando decidimos, pela última vez, manter a taxa de juros constante, a taxa SELIC, naquele momento, em 11%.

V.Exa. se recorda de que, no início de setembro, a condição do dólar no mercado internacional era tal que, no mercado doméstico, estava na faixa de 2,25 reais por dólar. V.Exa. se recorda também de que, entre 2 e 3 de setembro, que foi a nossa última reunião antes das eleições, até a reunião seguinte, marcada com 1 ano de antecedência, nos dias 28 e 29 de outubro, o dólar foi para a faixa de 2,50 reais a 2,55 reais. Ou seja, nós tivemos uma desvalorização nominal do real, entre essas duas reuniões, da ordem de 10%.

Não foi só o real que foi desvalorizado. Houve uma valorização generalizada do dólar no mundo, uma valorização generalizada no globo. Então, aquela nossa estratégia, que era totalmente válida do ponto de vista técnico do Banco Central, de que no horizonte relevante a melhor estratégia não contemplava a redução da taxa



de juros, nós começamos a mudar já ao longo do mês de outubro. E V.Exa. deve se recordar também de que, já no final do mês de setembro, quando já havia um processo de fortalecimento do dólar no mercado internacional, na apresentação do relatório de inflação, que é feita por definição interna, sem improvisação também, pelo Diretor de Política Econômica, ele apresentou a visão coletiva do Banco Central, inclusive a minha visão, de que aquela estratégia de apenas não reduzir a taxa de juros já não seria suficiente, dizendo que não haveria qualquer complacência do Banco Central com a inflação.

Entre o início e o final de outubro, portanto antes do dia 26, em reunião anual no final de semana em Washington, reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, declarei à imprensa, inclusive à imprensa nacional, que não haveria qualquer complacência do Banco Central em relação à inflação. Ou seja, diante desse quadro, diante da intensificação na mudança de preço relativo que ocorreu, de mais de 10% do câmbio nominal, aquela estratégia nada mais vale.

Então, os sinais, do ponto de vista do Banco Central, estavam ali. E certamente nós não improvisamos. Não é porque está ocorrendo movimento que nós vamos remarcar a reunião do COPOM, coisa que é feita com 1 ano de antecedência dentro de um esquema, dentro de um sistema de governança bastante bem definido. Então, eu gostaria de prestar esse esclarecimento em relação à parte que me toca da política monetária para dizer como se passa isso.

Em relação aos preços administrados, eu distribuí, Deputado Mendonça Filho, aqui nessas transparências, para complementar as palavras iniciais e para o debate também, um gráfico na página 22, que mostra a evolução dos preços administrados. Em amarelo, está aqui a trajetória dos preços administrados na economia brasileira. E o que nós vimos ao longo de 2014 foi uma subida bastante grande dos preços administrados, ou seja, desvinculados, por exemplo, do ciclo político. Quer dizer, houve aqui elevação. Chegou a um piso no final de 2013, acumulado em 12 meses, na faixa de 1 ou 1 e pouco; e chegou aqui em outubro na faixa de 5,5, hoje está na faixa de 5,83 a evolução dos preços administrados.

Então, tem havido uma evolução. O Banco Central já, no início de 2014, tinha a previsão de preços administrados acho que da ordem de 5% para o ano. Deve encerrar um pouco acima disso. A projeção foi ajustada. Para o próximo ano, nós



estamos com algo em torno de 6% de preços administrados. Ou seja, esse tal realinhamento de preços administrados e preços livres tem sido inclusive mencionado por nós nos nossos documentos já de algum tempo.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - V.Exa. me permite?

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Pois não.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Se porventura tivesse havido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Um minutinho só. Vamos fazer aqui na ordem.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Dentro da explanação dele. Eu perguntei a ele se me permitia, Sr. Presidente, e ele me permitiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Se permitir a V.Exa., vai permitir a outro, e aí nós vamos nos atrasando.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - O convidado fica constrangido.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Qual é o constrangimento? Aqui, um sujeito fazer pergunta ao Presidente do Banco Central é constrangimento. Isso aqui é uma ditadura!

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Há Regimento! Cumpra o Regimento. O método socrático só perturba o desenvolvimento da exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Depois V. Exa. vai ter a palavra. Tudo bem? Eu garanto a V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Ainda bem! Obrigado.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Então, os preços administrados têm essa trajetória. Nós fazíamos e fazemos as nossas projeções. Lá, no início do ano, era em torno de 5%; vai terminar um pouco acima disso o preço administrado para o ano, 6%. Então, as projeções entram na nossa conta da inflação, assim como outras variáveis, que fogem ao controle do Banco Central, são tomadas como dados exógenos às nossas projeções.

Eu creio que é isso em relação às perguntas do Deputado Mendonça Filho.

No que se refere às questões colocadas pelo Deputado Alfredo Kaefer sobre o controle da inflação, quero dizer que esse diálogo sempre existiu, mas, como eu fiz questão de ressaltar nas palavras introdutórias, e aqui as reitero, essas políticas têm que andar de forma independente, ainda que sejam complementares.



Certamente, se examinar todos os documentos oficiais do Banco Central, a assessoria de V.Exa. verá que nós sempre nos referimos ao ponto em que nós entendemos que a política fiscal se encontra: se é contracionista, neutra ou expansionista, do ponto de vista de estímulos à demanda agregada. Então, isso está sempre refletido tanto nas atas do Comitê de Política Monetária, quanto nos relatórios de inflação.

Nós vimos marcadamente como evolui a percepção do Banco Central em relação às políticas. Por exemplo, o Banco Central diz que a política fiscal está caminhando no horizonte relevante para a neutralidade, vindo de uma situação de expansionismo. Então, se está caminhando, ela não chegou lá ainda. Logo, a nossa visão sobre a política fiscal, nesse exemplo específico, é de uma política fiscal expansionista. Então, se nós olharmos os documentos do Banco Central, veremos que sempre há uma visão sobre a política fiscal.

Eu tenho falado aqui já várias vezes, tanto na CMO, quanto na CAE e outras Comissões, em diálogos com V.Exas., que, do ponto de vista da autoridade monetária, não olhando para os outros objetivos do Governo, quanto mais apertada a política fiscal, tanto melhor para a autoridade monetária. Repito: se for mais apertada, fica mais fácil o nosso trabalho; se for menos apertada, fica talvez um pouco mais trabalhoso. Essa é uma visão de que eu tenho falado há 4 anos nesta Casa, e vou continuar repetindo.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - O problema é que eles não ouvem V.Exa.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Eu acho que, sim, a questão da política fiscal é importante em duas dimensões: na questão da confiança e na questão da demanda agregada. Nós focamos na demanda agregada, porque isso impacta diretamente o nosso trabalho.

Então, há comunicação — cada um no seu quadrado, mas há comunicação, sim —, e continuará havendo certamente com a próxima equipe.

Em relação ao controle da inflação, o instrumento primordial é a taxa SELIC. A taxa de juros entra em todas as frestas da economia. V.Exa. menciona outros mecanismos. Como nós vimos aqui também em outro eslaide que eu trouxe para este debate, o crédito desacelerou.



Nós tínhamos o crédito crescendo em 12 meses acima de 25%; ele desacelerou, e hoje está crescendo na faixa de 12%. A inadimplência também recuou em relação aos níveis elevados em meados de 2011, por uma série de medidas também na área que V.Exa. mencionou: macroprudenciais, compulsórias... Enfim, nós conseguimos reduzir a inadimplência.

No que se refere ao comprometimento de renda e ao nível de endividamento das famílias, se nós tirarmos o crédito imobiliário, que substitui de certa forma o aluguel, nós veremos que estamos numa situação melhor do que estávamos há 2 ou 3 anos. Os bancos ficaram mais seletivos na concessão de crédito já de algum tempo. Isso tudo militou no sentido de reduzir os riscos sistêmicos no mercado de crédito. Então, não me parece fazer sentido apertar as condições de liquidez, uma vez que se tem um mercado de crédito desacelerado, um sistema financeiro mais seletivo, uma inadimplência reduzida.

Portanto, o nosso foco em relação a instrumento de política monetária é, e continuará sendo, a taxa SELIC.

Com relação às reservas internacionais, houve um acúmulo. V.Exa. reconhece o valor das reservas internacionais como um seguro às vicissitudes do mercado financeiro internacional. Ao mesmo tempo, quero dizer que esse volume de reservas internacionais que o País tem hoje, aproximadamente 375 bilhões de dólares, no momento está em torno de 16% do Produto Interno Bruto. Se nós olharmos outras economias emergentes de grande porte — China, Índia e outras —, nós veremos que a nossa reserva está mais ou menos no pelotão intermediário quanto ao tamanho da reserva em relação ao tamanho da economia. Então eu diria que também é uma situação de certa forma confortável esse tamanho da reserva.

Deputado Arnaldo Jardim, primeiramente queria reconhecer também a nossa parceria com os Parlamentares da área do cooperativismo e com V.Exa. Certamente esse é um segmento que recicla a poupança local e que se mostrou muito importante também na crise financeira 2008-2009. Não tivemos problemas nesse segmento. E a ideia do Banco Central é continuar trabalhando para que ele se fortaleça ao longo do tempo e talvez adquira uma dimensão um pouco maior em relação ao mercado de crédito que ele tem hoje. Mas certamente é um segmento



em que muito trabalho importante foi feito. E continuamos focados no cooperativismo de crédito.

Vou falar um pouco sobre preço administrado. Na realidade, não há um represamento assim: *“Passou o final desse ano, a coisa...”* Esse realinhamento de preços administrados já vem de algum tempo. A faixa amarela aqui mostra a evolução acumulada em 12 meses. Inclusive nós aqui do Banco Central temos dito que esse realinhamento de preços administrados — de preços relativos, tanto administrados contra livres e preços domésticos contra preços internacionais — que vem ocorrendo, intensificou-se a partir de setembro. De maneira que a política monetária não vai, digamos assim, compensar esses aumentos de preços relativos. Ela vai tratar de que os efeitos secundários não se espalhem na economia. Essa é a linguagem do Banco Central para dizer por que têm apertado as condições monetárias nesses últimos tempos, quando os ajustes ou realinhamento de preços administrados ocorrem na forma mais intensa. É bom que isso ocorra porque diminui a vulnerabilidade da economia dentro das suas preocupações de perda de grau de investimento.

Mas a política monetária entra para fazer com que os efeitos de segunda ordem desses preços administrados sejam limitados e não se espalhem para a economia; a gente mantenha a variação de fato no câmbio real e não no câmbio nominal; e os preços relativos, os administrados contra os preços livres, se deem de forma sustentada, sem gerar repercussões secundárias.

Com a importação cedendo, como V.Exa. menciona, de fato uma parte da história tem a ver com o crescimento da economia brasileira, o consumo que desacelerou; e outra parte tem a ver com os termos de troca. O Deputado Mendonça Filho e outros Deputados mencionavam sobre a questão internacional. Nós tivemos, de 2003 a 2010, 6 anos de termos de trocas favoráveis ao Brasil, e 2 anos foram de termos de trocas desfavoráveis na crise, sendo mais 1 ano, que eu acho que foi o de 2003. Esses últimos 4 anos foram, de ponta a ponta, de termos de trocas desfavoráveis, ou seja, em que os preços de nossas exportações cresceram menos do que os preços de nossas importações.

Uma parte dessa evolução recente da balança comercial tem a ver com a evolução dos preços de produtos exportados, haja vista, por exemplo, o minério de



ferro e a soja recentemente. Então tem um pouco, sim, de atividade, mas tem também a questão internacional, ainda que a quantidade de exportações continue vigorosa do ponto de vista de receita, porque o preço recua significativamente. Nesse último período, ocorreu esse fenômeno.

O superávit de 1,2% anunciado pelo futuro Ministro da Fazenda traz essa política, dado o atual momento da economia brasileira no ciclo. Ou seja, a velocidade com que a economia está crescendo traz a política fiscal para um campo neutro, talvez ligeiramente contracionista, no período à frente. Então esse primário cumprido traz a política para esse terreno mais de neutralidade ou de contração.

Seria basicamente isso.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, eu posso falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Deputado Mendonça Filho, um minuto, por gentileza. Agora vamos ver as inscrições. O Senador Eduardo Suplicy foi o primeiro que falou. Agora será o Deputado Amauri Teixeira, que terá 2 minutos, e depois será V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas essa é a ordem dos inscritos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - É a ordem dos inscritos.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Agora é a tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Agora é a réplica, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas a réplica é depois da ordem dos inscritos.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não é depois dos grupos. Em cada grupo há réplica e tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - É no grupo. Nós vamos fazer assim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, Sr. Presidente, nós vamos encerrar só nos cinco inscritos se houver a réplica. Essa orientação não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Tudo bem.

Tem a palavra o Deputado Amauri Teixeira.



O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Primeiro, a melhor forma de democracia, Sr. Presidente, é cumprir o Regimento. Essa conversa fiada de bolivarianismo é conversa oca de quem quer falar arbitrariamente, em detrimento dos outros.

Eu vou me ater aos meus 2 minutos. E V.Exa. cumpra o Regimento, porque aí, sim, V.Exa. garante a democracia. O Regimento não foi feito à toa.

Aqui se fala muito em manipulação. Primeiro eu quero deixar claro que foi mostrado que o Banco Central tem um cronograma, tem um calendário. E eles fazem de conta que não sabem, porque o calendário é aberto, é um calendário anual de reuniões do Conselho, que avalia se mantém ou muda a taxa de juros. Ou seja, não foram reuniões casuísticas.

Também foi mostrado que a divulgação dos dados do IPEA era feita em cima de um calendário previamente agendado. Ou seja, este País se institucionalizou. Não há casuismo, não há circunstâncias manipuladoras como havia antes, como esse estudo medíocre que fala do crescimento da pobreza.

Eu sou Auditor da Receita Federal, órgão que a gente critica porque há muito tempo não faz fiscalização, faz arrecadação. Os dados da Receita Federal são muito restritos para se falar de crescimento ou não da pobreza. Tais dados não servem para esse tipo de análise. Além disso, como o Ministro já colocou, há os isentos, há os que sonegam informações, há os que não declaram, os que ainda não foram incluídos no SIMPLES ou os que estão no SIMPLES, mas cujos dados não foram disponibilizados, etc., etc., etc. Manipulação é esse estudo feito à época da eleição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho. S.Exa. tem 2 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu quero dizer ao Presidente do Banco Central, Dr. Tombini, que realmente o esforço dele para colaborar com o equilíbrio econômico do País foi fenomenal. Digo isso até porque a política monetária comandada pelo Banco Central tinha como contrapeso, trabalhando numa direção inversa, a política fiscal comandada pelo Ministro Guido Mantega, que, como se sabe, foi coroada por mecanismos da chamada contabilidade criativa, que corroeu todo o restinho de credibilidade que ainda existia na política econômica



brasileira. Então não houve esforço em termos de política monetária que pudesse compensar o desastre fiscal do atual Governo.

Se o atual Governo estivesse numa boa rota, evidentemente não precisaria mudar o Ministro da Fazenda, que foi demitido há alguns meses. Eles tiveram que recorrer a um economista ortodoxo para consertar as bobagens que foram praticadas pela atual gestão.

E quem diz isso não sou eu. Eu me baseio em dados objetivos. Crescimento: 7,5% no final de 2010; e 0,18% em 2014, que é a perspectiva para este ano. SELIC: 10,75% em 2010; e 11,75% agora, sendo que já estão falando em 12%. IPCA: 5,91% em 2010; e mais de 6,5% agora, já superando o teto da meta. Dívida bruta: 53% do PIB em 2010; 62% do PIB hoje. Esses números falam por si: toda a política econômica foi realmente na direção do desastre, de levar o Brasil à estagnação, com inflação elevada.

Eu louvo a tentativa de explicação do Presidente Tombini. Eu sei do esforço pessoal de S.Exa. e sua equipe. Os quadros do Banco Central são dos melhores quadros profissionais da administração pública do Brasil. Pode-se dizer que os técnicos do Banco Central têm padrão internacional, Sr. Presidente. Mas eles não obram milagres, eles não podem fazer milagres.

A Presidente disse durante a campanha política que os juros iam cair. Mas 3 dias depois os juros subiram; e já subiram de novo. Os preços administrados de gasolina, apenas coincidentemente — apenas coincidentemente, é evidente — subiram depois das eleições. Mas isso estava no planejamento, pois se planejava subir os preços administrados depois das eleições. Também estava no planejamento subir os juros depois das eleições. E estava no planejamento também trazer um Ministro ortodoxo para consertar as mazelas feitas pela heterodoxia irresponsável que levou o Brasil à estagnação e inflação cada vez maior.

Então eu só quero concluir aqui dizendo do meu respeito pelo Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Quero dizer que as metas mudam e que o esforço fiscal do novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, será maior por conta da falta de credibilidade do Governo. Se ele estivesse num Governo alinhado com um pensamento correto de mercado, não precisaria fazer tanto esforço. Agora terá que



ser mais realista do que o rei, porque realmente a credibilidade evaporou-se por completo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim, por 2 minutos, para a réplica.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Vou tentar ser rigoroso, Sr. Presidente. Quero primeiro fazer algumas considerações bem rápidas, que agora são opiniões.

Se esse quadro aqui exposto pelo Banco Central fosse um retrato de toda a economia, não justificaria a política de retomada de elevação da taxa SELIC. Aqui o que se demonstra é o seguinte: a inadimplência está caindo; o endividamento está caindo; há uma tendência de convergência da meta da inflação rumo ao centro da meta; e o Governo poderia postergar ou continuar com a política que vinha adotando.

O nosso Ministro Tombini fez um exercício na sua resposta e disse que houve uma grande inversão: foi a situação internacional, particularmente a questão da moeda, o fator decisivo para se alterarmos essa política. Eu reconheço que é uma prestação de contas e uma declaração oficial. Mas a mim ela não me convence.

Entendo que há uma questão determinante que delicadamente o Ministro Tombini não observou, a não ser por uma referência muito delicada que S.Exa. fez, quando disse que a política fiscal foi expansionista. Está aí, quando o Governo comprometeu o superávit e abandonou as metas de gestão, a causa efetiva para determinar uma mudança da política do Banco Central — que eu respeito e acho adequada, porque é o que pode nos conduzir para voltamos a ter um controle da situação econômica.

Mas é preciso que fique muito clara a responsabilidade. É uma responsabilidade tão clara que a Presidente está mudando o comando da política econômica.

Deixo, para o Ministro Tombini poder nos ajudar a montar um quadro, um aspecto só: a questão do câmbio. Aqui há os dois quadros que falam do fato de estarmos retomando a questão da depreciação até para ajustar o valor do real e permitir uma competitividade. Isso para mim é importante. Há também o aspecto do câmbio de controle inflacionário, sendo que o declínio das importações não faria isso



de uma forma tão determinante. Acho que, do ponto de vista da balança comercial, o quadro aqui demonstra uma recuperação de valor real em torno de 30%. Como V.Exa. está imaginando o cenário da política cambial? Embora formalmente continuemos com o câmbio flutuante, há certo tempo estamos falando de uma banda cambial, que tem sido administrada nas operações feitas. Qual cenário do câmbio V.Exa. imagina para o próximo ano, Ministro Tombini?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Sr. Ministro, V.Exa. tem a tréplica.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Arnaldo Jardim, em relação ao câmbio, a política do Brasil é de câmbio flutuante. O câmbio tem flutuado a despeito daquilo que nós fazemos, ao fornecer proteção cambial à economia como um todo na forma daqueles contratos de derivativos que eu discorri aqui na apresentação. Então o câmbio é flutuante. E quem vai defini-lo são as forças de mercado.

O que está ocorrendo em relação ao dólar é um movimento global de fortalecimento do dólar. Isso ocorre em duas perspectivas. Primeiro há a normalização das políticas monetárias nos Estados Unidos em relação, por exemplo, à Europa e ao Japão e outras áreas. Também há a perspectiva de a economia americana, que já em crescimento, continuar crescendo mais do que as outras grandes áreas econômicas, atraindo então esse interesse pelo dólar.

O movimento do dólar foi global. E dentro desse movimento global, o real também se movimentou, a despeito da política do Banco Central de fornecer a proteção cambial. Essa política não mudou. O que mudou foi o dólar no seu movimento global.

Dito isso, naqueles dois gráficos que V.Exa. menciona, um representa a evolução do câmbio nominal desde meados de 2011, com quase 70% de ajuste no preço nominal real/dólar; e outro representa, digamos assim, um câmbio real efetivo variando nesse mesmo período em torno de 30%.

As outras moedas também se depreciaram contra o dólar nesse período. Portanto, quando falo em câmbio efetivo do real, estou falando não só em relação ao dólar, mas a várias outras moedas que não tiveram uma movimentação tão grande.



Também há o efeito da inflação, que foi contida dentro dos nossos parâmetros. Então houve um ganho real.

Acho que o importante no assunto competitividade é o câmbio real e não o câmbio nominal. Aquele câmbio nominal que vem e depois toma de volta com a inflação, não vale nada, não é sustentável. Por isso, quando nós do Banco Central dizemos que um dos preços relativos se intensificou, nós não estamos brigando contra o preço do dólar e do real, mas apenas constatando que o câmbio se movimentou e que isso pode ter efeito secundário. Então nós temos que evitar os efeitos secundários e não procurar reverter o preço do dólar a qualquer preço, porque o câmbio é flutuante.

Eu acho que esta é a melhor linha de defesa da economia: deixar o câmbio se ajustar em função do movimento global. Isso não é algo deliberado, não é algo de política cambial; é do regime de câmbio flutuante. E nós controlamos a inflação para que, caso haja um ganho no sentido de depreciação do real, essa depreciação reflita a realidade, ou seja, descontada a inflação.

Esse é o quadro. Certamente uma previsão de câmbio flutuante, sofrendo impacto em todas as variáveis econômicas tanto aqui quanto lá fora, é algo que os economistas procuram não fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Vamos agora para o segundo bloco.

Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. dispõe de 5 minutos. Depois eu vou conceder a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças, que está aqui à mesa, Deputado Mário Feitoza.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Prezado Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela exposição e dizer que eu vi de uma maneira muito positiva o anúncio da nova equipe econômica, com a presença de V.Exa. à frente do Banco Central; do futuro Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa; e de Joaquim Levy.

E fiquei também bastante satisfeito com a iniciativa do Governo de encaminhar para esta Casa e comunicar à sociedade brasileira, na sexta-feira da semana passada, os novos parâmetros macroeconômicos, que evidentemente têm



grande impacto no debate que nós estamos fazendo sobre a LDO e o Orçamento do ano que vem.

O ilustre colega, Deputado Mendonça Filho, usou aqui a expressão de que este é um “Governo esquizofrênico”. Na realidade eu acho que quem está vivendo uma crise de esquizofrenia é a Oposição, porque, ao mesmo tempo, o Líder do Democratas, Deputado Mendonça Filho, anuncia a intenção de obstruírem o debate da LDO de 2015. consequentemente dificultando a tramitação do próprio Orçamento.

E por que eu digo que é uma esquizofrenia, ilustre Presidente do Banco Central? Quais eram as principais críticas e queixas da Oposição, nas últimas semanas, sobre a peça orçamentária ou sobre a discussão da LDO?

Primeiro, havia uma expectativa de crescimento do PIB na ordem de 3%, e a Oposição achava que ela era irreal, e nós precisávamos corrigi-la, para trazê-la para o patamar do mercado, patamar que grande parte dos analistas econômicos trabalhavam como razoável, como possível, e a meta foi corrigida para 0,8%.

Havia, na proposta original, uma meta de inflação na ordem de 5%, e a Oposição batia que essa era uma meta irreal, e que nós deveríamos trabalhar com uma meta que se aproximasse mais da própria avaliação do mercado, e assim por diante. Foi corrigida a meta da inflação.

A Oposição tem batido muito no PLN nº 36, porque diz que o Governo faz uma correção da sua meta de superávit no final do ano. E agora a nova equipe econômica, antes mesmo da posse da Presidenta reeleita, diz o quê? Não, vamos trabalhar com uma meta de superávit possível de ser alcançada, não com uma meta que precise ser corrigida ao longo do ano que vem. Vamos trabalhar com uma meta de 1,2%. Essa é uma meta que o País tem condições de cumprir. E sinaliza para o próprio mercado, de uma maneira transparente, segura, uma política econômica que vai ter um impacto positivo, do meu ponto de vista.

Mais do que isso, o ilustre Senador Vital do Rêgo já incorporou no seu Relatório da LDO uma proposta de redução na meta do superávit. E eu sou o Relator da receita, Presidente do Banco Central, e já disse da minha disposição, inclusive, de incorporar no Relatório da receita uma redução da expectativa de receita, para que nós possamos ter um Orçamento mais enxuto, e reduzir, inclusive,



a necessidade do contingenciamento, e nós trabalharmos com um Orçamento mais próximo da realidade, porque isso sinaliza de maneira positiva para a sociedade, para os investidores, para o mercado e para esta Casa.

Então, na realidade, nós incorporamos, com todas essas propostas que foram apresentadas, algumas das principais questões teóricas que a Oposição tem sustentado. E eu acho que nós podemos construir aqui um Relatório da receita, uma proposta da LDO, e mesmo um cronograma para o Orçamento que possam representar, não aqui na Casa, ou nesta Comissão, o pensamento do Governo ou da Oposição, mas construirmos uma proposta, uma opinião do Parlamento.

Eu tive o cuidado, inclusive, de conversar com o Deputado Izalci, com outros Parlamentares, pedindo sugestões da Oposição para serem incorporadas no Relatório da receita. E estou fazendo esforço no sentido de contemplá-las, e várias delas apontam exatamente no sentido de que havia uma receita, talvez, superestimada, que precisasse ser reduzida. Este é o esforço que nós estamos fazendo.

Então, eu acredito, Presidente do Banco Central, que o relatório que o senhor nos traz, aliado aos anúncios que foram feitos da nova equipe econômica, dos novos parâmetros macroeconômicos, oferecem para o País uma segurança importante para o próximo período. E isso vai se refletir numa política mais estável, que leve à redução de juro e que possa, certamente, permitir que 2015 seja um ano melhor para o nosso País.

Então, eu espero que a Oposição construa conosco esse diálogo, que nós possamos construir um cronograma para votar a LDO, para votar o Orçamento e entrarmos em 2015 com os instrumentos legais e necessários para que a nova equipe econômica, o novo Governo, possa executar de maneira plena o seu programa e os seus objetivos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Com a palavra o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Mário Feitoza.

O SR. DEPUTADO MÁRIO FEITOZA - Obrigado, Presidente Devanir. Presidente Tombini, Diretor Altamir, o prazer é grande em recebê-los aqui.



Vou fazer uma abordagem dos últimos 10 anos, porque eu lembro bem — Presidente Tombini, que até na época, 20 anos atrás, administrava uma instituição financeira —, que a gente via na porta dos bancos um amontoado de senhores e senhoras já na idade de aposentados, chegando 4 horas da manhã na porta dos bancos, aguardando para receber os seus benefícios. E, com o tempo, nós fomos amadurecendo uma política e encontramos uma solução, que foi o crédito consignado.

A partir do momento em que foi instituído o crédito consignado para aposentados e pensionistas no Brasil, em 2003 — implementação do Governo Lula —, o aposentado e o pensionista passaram a ser extremamente valorizados, e os bancos médios passaram a ter capilaridade e foi definido pelo Banco Central a política de correspondente bancário. Em todos os cantos deste País, viam-se aposentados e pensionistas sendo buscados para que os bancos pequenos e médios pudessem oferecer créditos. E a nossa economia teve um salto expressivo, representado pelos bancos pequenos e médios por toda essa capilaridade.

Para algumas coisas devemos alertar: por que houve essa credibilidade? Porque quem pagava o salário do aposentado e do pensionista era o Governo, e, pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal, não podia atrasar. Logo, os bancos não precisavam usar na contrapartida alguma negativação por parte dos aposentados e pensionistas. Ou seja, essas operações são feitas até hoje sem analisar a negativação dos servidores. Ou seja, hoje não só os aposentados e pensionistas, mas também todos os servidores municipais, estaduais e federais realizam a sua operação de crédito consignado sem que o banco sequer analise a sua negativação, porque sabe que há certeza de adimplência.

Isso não existe no setor privado, daí a minha observação, de que se o Banco Central construísse com a FEBRABAN — Federação Brasileira de Bancos e com a Associação Brasileira de Bancos Comerciais uma solução que possibilitasse o crédito consignado também para o setor privado e para a aquisição de veículos, comprometendo direta ou indiretamente o empregador, para que não houvesse a necessidade da consulta à negativação, assim como não são consultados quando no setor público, haveria, sem dúvida, o crescimento expressivo, de novo, principalmente da representatividade dos bancos médios no País.



Eu estive no Banco Central, num café da manhã — inclusive muito bom, Dr. Tombini, aquele café, pode me convidar várias vezes, que eu faço questão de ir —, e o Davi preparou um outro café da manhã com o Diretor de Fiscalização, para apresentar quanto representam hoje os bancos médios no Brasil, como eles estão hoje representados. Mesmo o Banco Central liberando o compulsório e criando alternativas de captação, como letras financeiras e outros instrumentos que facilitam a captação dos bancos, eles hoje representam apenas 5% da amostra do sistema financeiro, o que faz com que cada vez mais os bancos médios se reduzam e a entrada de bancos estrangeiros no Brasil cresça de uma forma avassaladora. Isso, é claro, pela oferta de crédito e pela competição na área onde eles atuam, na área de crédito.

Então, fica a minha observação de que quando o Banco Central descobrir que o instrumento do crédito consignado para empresas privadas tem a mesma caracterização do instrumento do crédito dado hoje para aposentados, pensionistas e setor público, com os mesmos caracteres e o mesmo grau de exigência, ou seja, a liberação de negativas, que não sejam analisados os seus riscos, e a contrapartida do setor privado, sem dúvida, voltaríamos a ter uma nova aceleração no mercado, não só no crédito consignado, mas também na área de veículos.

Outro item é com relação a essa grande questão de que todo mundo fala: a desigualdade social. Bem, o Thomas Piketty diz que a remuneração do dinheiro ou da renda não pode ser maior do que a taxa de crescimento do País, sob pena de cada vez mais aumentar as desigualdades sociais. Não sei se a gente já pode aplicar essa equação no Brasil, Dr. Tombini, porque imagino que estaríamos aplicando para analisar o crescimento do PIB no Brasil e a taxa de remuneração, que seria aproximadamente 1%, o que hoje nós estamos buscando na aplicação da taxa SELIC.

Mas o Banco Central para e analisa quais são os indicadores que tem que buscar e que efetivamente contribuirão para a redução das desigualdades no País? Outro item: as nossas reservas internacionais não poderiam ajudar de forma a construir uma oferta de crédito para a aplicação e investimento em infraestrutura no País? O compulsório não seria uma forma continuada de buscar soluções para os bancos médios?



Ficam aí as minhas observações e agradeço pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Obrigado. Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro Presidente Alexandre Tombini, o Deputado Mendonça Filho foi muito objetivo quando mostra a preocupação do Congresso Nacional com as contas públicas.

Não é de hoje que nós temos procurado colocar, Sr. Presidente, a falta de articulação do Governo com as contas do País. Não é de hoje que o Governo Federal usa de truques e malabarismos contábeis de toda a natureza para alcançar a meta fiscal prometida a cada ano. Isso tem sido frequente no governo. Denúncias aqui e acolá, matérias na imprensa permanentemente mostrando esse malabarismo que o Governo usa para poder se articular bem com a proposta no alcance da meta fiscal prometida a cada ano.

O Governo Federal alega que esses malabarismos contábeis não ferem qualquer dispositivo legal e vem ao longo do tempo batendo nessa tecla. O uso de bancos estatais para pagar despesas com a União, no entanto, tem todos os elementos para conflitar com esse arcabouço legal instituído a duras penas pela sociedade brasileira para impor a responsabilidade fiscal em nosso País.

Nós sabemos o quanto custou essa alternativa que o País buscou de estabelecer responsabilidades. E nós somos aqui surpreendidos com uma decisão do Governo de mandar o PLN nº 36, que exime totalmente a Presidenta da República dessa responsabilidade. Esse é um fato que mostra, Sr. Presidente, que, ao longo desses últimos 4 anos, o Governo buscou, sim, uma responsabilidade, aquela de garantir a reeleição.

Então, Presidente Tombini, nós sentimos que houve, ao longo do tempo, inclusive divergências entre Banco Central e Tesouro. Essas divergências foram claramente apresentadas quando se constatou essa discrepância entre Tesouro e Banco Central na diferença de cálculo do desempenho fiscal. Essa divergência entre resultados fiscais do Banco Central e Tesouro sempre existiu, nós sabemos, mas em alta, e tem dificuldade de análise das contas públicas de maneira quase que permanente.



Parte da diferença deve-se, segundo especialistas no tema, às várias manobras contábeis que são realizadas, como esta que nós estamos dizendo agora. Manobras contábeis adotadas pelo Tesouro para fechar as contas das chamadas pedaladas fiscais, que reduziram de forma artificial as despesas federais ao adiar pagamentos obrigatórios da União.

Esses pagamentos obrigatórios da União que foram adiados de maneira permanente sempre acabaram sendo o estopim dessa divergência.

O que nós pedimos, Sr. Presidente do Banco Central, na Comissão de fiscalização e controle, e eu fui o autor do requerimento, foi uma coisa saltou aos olhos, dentro dessa criatividade contábil que o Governo buscou ao longo desses últimos anos. E folgo em saber que o Deputado Paulo Pimenta, como Relator da nossa receita para o ano que vem, reconhece que precisamos de ajuste e de colocar o pé no chão. Ou seja, a equipe econômica nova indicada começa a pensar dessa forma também. Até hoje vivemos — são 5 minutos, Sr. Presidente — nessa bolha de irresponsabilidade do Governo.

Portanto, Sr. Presidente do Banco Central, apenas para completar o meu raciocínio, eu queria apenas dizer que, em relação a essa conta paralela que serviu como reforço para essa contabilidade criativa, o Banco Central percebeu a discrepância e foi investigar a razão, admitiu inclusive um porta-voz do Banco Central nessa questão da conta paralela. Um valor que havia sido depositado por um banco privado em uma conta que estava fora do radar do Banco Central foi transferido, ajudando a amenizar o déficit primário das contas públicas, que somou 11 bilhões de reais.

Eu gostaria de saber, Sr. Presidente, o que deu essa história. O Banco Central inclusive se comprometeu a verificar o que ocorreu e a fiscalizar essa conta paralela de 4 bilhões de reais, que ajudou a diminuir a situação de dificuldade por que passavam as contas públicas no País.

Sr. Presidente, essa é a pergunta que eu gostaria de fazer, ou seja, se houve ou não essa fiscalização em relação a essa conta paralela.

E, para terminar, quero dizer que a LDO, em 2015, está trazendo novos parâmetros macroeconômicos também para um novo superávit de 1,2% do PIB, conforme reconheceu o Deputado Paulo Pimenta.



A outra pergunta que faço é a seguinte: esse superávit é factível? Até que ponto essa meta fiscal será cumprida no próximo ano ou teremos mais uma lei modificando a Lei de Diretrizes Orçamentárias, como essa do PLN 36?

Então, Sr. Presidente, são essas duas questões referentes aos 4 bilhões de reais da conta paralela e à LDO/2015.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, representante da Amazônia, do verde, que dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Muito obrigado.

Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão Mista de Orçamentos, Deputado Devanir Ribeiro, o Deputado Mário Feitoza, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini; e o Diretor Altamir Lopes.

Quero dizer que, neste momento, Sr. Presidente — e eu quero me referir agora ao Presidente do Banco Central, Dr. Tombini —, a estabilidade da economia é baseada em três princípios: metas fiscais, câmbio flutuante e metas de inflação. Tenho certeza de que V.Exa. lutou bravamente, nesses últimos 4 anos, para fazer o seu trabalho, pois eu acompanhei, ora de perto, ora no Congresso Nacional, o trabalho desenvolvido por V.Exa. no Banco Central. Tenho certeza de que não foi tarefa fácil fazer o trabalho que o Banco Central, como guardião da moeda, precisa fazer e também evitar que a inflação fugisse de controle.

Lamentavelmente, nós estamos vivendo em um país onde o centro da meta parece que foi esquecido, e isso a Presidente deixou muito claro na campanha política. O centro da meta foi esquecido, e o que se trabalha no Governo é para se manter na aba superior da meta de inflação, tanto que ontem o *Financial Times* disse que o centro da meta de 4,5% era uma piada, piada que nós estamos produzindo.

Então, eu reconheço o esforço e entendo que havia, e há ainda, muitas contradições na política econômica do nosso País em contraponto à política monetária.



Já foi falado aqui sobre o que dizia a candidata Presidente, ou a Presidente candidata, e o que foi feito logo depois da campanha eleitoral. Mas eu ouvi também, Sr. Presidente, a entrevista coletiva de V.Exa., do futuro Ministro Joaquim Levy e do futuro Ministro Nelson Barbosa e vi que ali há um alento para que o País possa seguir ou reencontrar o seu caminho com normalidade, deixar de lado a tal da contabilidade criativa, que foi uma marca deste Governo.

Lamentavelmente, o que nós estamos vendo já começa a me preocupar, porque o futuro Ministro Joaquim Levy disse, na entrevista coletiva, que o Tesouro Nacional deixaria de financiar os bancos públicos, e sabemos que os bancos públicos é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. A Medida Provisória nº 661, datada deste começo de mês, que autoriza a União a conceder crédito ao banco no montante de 30 bilhões de reais, contraria a fala do trio que vai comandar a economia pelos próximos 4 anos: V.Exa. — e obviamente V.Exa. estava ao lado dele corroborando com aquilo que ele estava dizendo —, Joaquim Levy e Nelson Barbosa.

Eu fico preocupado, porque já percebo que não será um trabalho fácil, mas um trabalho duro, como V.Exa. vem tentando realizar ao longo desses 4 anos. O Brasil tem déficit recorde nas contas correntes e problemas como o da PETROBRAS. Nós vemos hoje nos jornais que um escritório de advogados está entrando com uma ação nos Estados Unidos em defesa dos investidores da PETROBRAS. Isso é grave, e eu queria sua opinião sobre isso, porque não é só a PETROBRAS que sofre com isso, mas as demais empresas brasileiras, a imagem do Brasil no exterior e os investidores estrangeiros no Brasil, que tenho certeza que estão preocupados com tudo o que está acontecendo, com esse rombo gigantesco, com esse desvio gigantesco de recursos dentro da PETROBRAS. E nós não sabemos qual será o fim dessa história toda.

Então, tudo isso tem influência na política monetária, influência no que o Presidente do Banco Central vai fazer daqui para frente, porque tenho certeza também de que para contemplar esse déficit nas contas correntes serão emitidas letras do Tesouro ou títulos do Tesouro, aumentando mais a dívida pública.



Quero dizer, e já vou concluir, que o Deputado Paulo Pimenta muda de rumo, muda de direção, porque, no Relatório de Receitas que S.Exa. pretendia votar, além do aumento das receitas que já vinha no projeto de lei original, S.Exa...

Já concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Nós vamos ter oportunidade de discutir essa questão.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - S.Exa. já tinha adicionado mais 21 bilhões de reais. Então, é totalmente irreal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Nós precisamos cair no Brasil real. E o Brasil real é o Brasil daqueles que pagam as contas em dia, mas não estão conseguindo pagá-las, daquele cidadão que vai para...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mudou-se a meta do PIB, e eu tive que acompanhá-la.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu estou com a palavra, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero colaborar.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Daquele cidadão que procura um hospital, um posto de saúde, e não tem hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Para encerrar, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Enfim, gostaria de ouvir do Ministro e Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre esse quadro de que eu falo aqui agora e as perspectivas de futuro que ele imagina que podemos encontrar, com todo esse descalabro que está acontecendo, inclusive com a ruína do nome da PETROBRAS, com a ruína da PETROBRAS no exterior e do nome do Brasil, com as demais empresas que têm títulos ou ações nas Bolsa de Valores internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Essa mesma crítica eu faço como Presidente aqui, pois V.Exa. tinha 5 minutos, mas falou 8 minutos. Olhe a inflação: foram 3 minutos a mais. Olhe como inflacionou o horário. Então, eu estou tirando...



O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, eu não senti que falei tanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Ah, não sentiu, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O centro da meta...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu não percebi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Com a palavra o Deputado Celso Maldaner.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cinco por cento é o centro da meta, e ficou na aba superior.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Quero cumprimentar o Presidente Devanir Ribeiro, o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Mário Feitoza, o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e Altamir Lopes. Eu sinto, Sr. Presidente, não ter participado desde o início, porque eu tinha outra agenda, e não quero ser repetitivo.

Mas, como membro também integrante da Comissão de Finanças e Tributação, eu queria rapidamente, Sr. Tombini, fazer uma retrospectiva. A estabilidade da moeda, desde 1994, veio com Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, que foi Ministro da Fazenda, e foi até 1999. Em 1999, veio o tripé da macroeconomia: o câmbio flutuante, o controle de metas para a inflação e o superávit primário.

O primeiro ciclo, que realmente salvou o nosso País e ajudou muito, foi a exportação de *commodities*. Quando eu falo de *commodities*, eu falo do agronegócio, de minérios, de soja, em que houve uma explosão tanto no percentual de aumento em torno de 40%, como também de 40 milhões de toneladas a 200 milhões de toneladas, que têm salvado muito inclusive a balança comercial.

Aliás, eu estou preocupado agora no final deste ano, porque talvez seja o primeiro ano em que nós poderemos ter um déficit na balança comercial. Só vou dar um exemplo aqui: as lojas Havan, no Sul do Brasil, constroem em torno de mil metros quadrados por dia. Eles chegam a uma cidade, alugam um terreno por 35, 40, 50 mil, e fazem contrato para 20 anos. Depois, se der, eles renovam; senão, entregam o terreno para o dono. Mas 90% é importação de manufaturados da



China. Então, eu estou muito preocupado com a importação de manufaturados. Nós temos que exportar, cada vez mais, valor agregado.

Mas, continuando o raciocínio, o primeiro ciclo foi a exportação de *commodities* e o segundo ciclo foi a explosão do consumo. Eu acho que a Presidente Dilma tentou com essa crise internacional, que chegou valendo... Eu acho que muitos economistas inclusive defendem essa tese de o País não entrar em recessão. Aprovamos a questão das indústrias, o financiamento de máquinas, como patrola, retroescavadeira e caminhões, 80 mil tratores para o Mais Alimentos, 48 mil caminhões, Minha Casa, Minha Vida, tudo isso ajudou, foi uma maneira de incentivar a explosão do consumo.

Agora, eu estou preocupado. E, usando de empatia agora, Tombini, em 2001, Fernando Henrique também mexeu no superávit primário: inicialmente era 2.75, baixou para 2.25, chegou a 1,70 apenas. E não houve todo esse barulho. Hoje, nós estamos enfrentando críticas, as nossas bases, porque o nosso partido fechou questão com o Governo sobre a mudança na regra do superávit primário. O que dizer para o nosso eleitor, porque parece que é o fim do mundo a mudança do superávit primário. Quer dizer, rasgaram a Lei de Responsabilidade Fiscal, e não perdoam a nossa posição de dar esse apoio ao Governo, e, já com a nova equipe econômica, as metas claras para 2015, 2016, 2017. Então, nesse sentido, é difícil justificar isso para o nosso eleitor. A Oposição criou um fato, parece que é o fim do mundo.

Claro que nós manifestamos preocupação agora com Estados e Municípios. Hoje, oito Estados têm dificuldade de fechar as contas, com também 85% dos Municípios. Então, essa é a preocupação que a gente tem também, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, de fechar as contas dos Estados e dos Municípios. Qual é a saída?

Então, eu só queria trazer aqui essa minha preocupação. Como justificar isso para o nosso eleitor? Se você vai responder, é pior ainda. Estamos sofrendo muita crítica sobre a nossa posição de fechar questão com o Governo sobre o PL 36, ou seja, a mudança na regra do superávit primário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Obrigado.



Com a palavra o nobre Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Quero cumprimentar, inicialmente, o Presidente desta Comissão, Deputado Devanir Ribeiro, o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, o nosso companheiro da Câmara, Deputado Mário Feitoza, e o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Quero dizer que é curioso estar aqui com o Presidente do Banco Central e ouvir companheiros dizerem que a mudança do superávit primário não é o fim do mundo. Eu vou bem para o chão, bem para o popular: imaginem o Presidente do Banco Central ouvir que o paradigma de que iria existir uma economia de 116 bilhões de reais foi quebrado e que vamos imputar mais 130 bilhões dentro de uma conta que não existia. Eu fico imaginando, nesse cenário, quanto o mercado cobraria — e vai cobrar, claro, a nova política econômica, a nova equipe econômica, na qual V.Exa. está incluído —, quanto o Brasil terá que pagar por recursos obtidos no mercado.

Nós estamos começando, Srs. Presidentes, o ano de 2015 em um cenário de total falta de credibilidade, de incerteza. Eu acho que é um argumento falacioso dizer que a quebra da Lei de Responsabilidade Fiscal não é o fim do mundo, assim como dizer que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso quebrou a meta em 2001. Parece que querem omitir, esconder do povo brasileiro que a Lei de Responsabilidade Fiscal é de 2000, que foi o primeiro ano após a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal. É um novo cenário, diferente de dezembro de 2013, quando esta Comissão estabeleceu e aprovou a LDO, e diziam que existiria um valor de 116 bilhões de superávit primário, ou seja, receita menos despesa, para pagar os juros da dívida. Cadê os 116 bilhões de reais? Não existem. Existem, sim, até setembro, 15 bilhões de reais de déficit.

O Brasil criou uma nova figura: o superávit deficitário. Como funciona, Sr. Presidente, eu não sei. Como é que existe uma conta positiva e negativa? Sinceramente, até hoje tentei muito quebrar a cabeça, mas não consegui saber.

Eu fico imaginando V.Exa., que é um respeitado economista, que tem na sua trajetória sempre a marca do controle da inflação. Afinal de contas, na sabatina de V.Exa. no Congresso Nacional, V.Exa. começou dizendo que sua meta seria manter os juros em um patamar que possibilitasse preservar o poder de compra do real



como moeda, controlando a inflação. V.Exa. ajudou a criar o Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central e foi um dos formuladores do Regime de Metas para a Inflação desde 1999, que até hoje é adotado. V.Exa., Presidente do Banco Central, vendo um modelo de política econômica fracassado, que apostou no consumo — e, claro, consumo maior, inflação menor —, deve sofrer muito dia após dia, tendo um Governo que apostou na política econômica. Mas a última palavra, infelizmente, não pertence ao Banco Central, pertence à Presidenta de plantão, a última palavra é dela.

Então, eu acho que vários questionamentos já foram feitos aqui nesta Comissão, portanto, não darei trabalho a V.Exa. em relação a questionamentos. Eu darei a minha opinião não como economista, mas como advogado que participa do setor produtivo, das discussões da sociedade e das preocupações do pagamento de imposto de 38% do PIB, que já vê indícios de que a CIDE vai voltar, e já se fala no retorno da CPMF. O que é isso? É a necessidade de arrecadar para desperdiçar, através — e veja só — de transferência de renda e modelos errados.

Não estou aqui falando dos modelos que deram certo no Governo, e alguns modelos deram certo. Eu sou um crítico do modelo Bolsa Família, mas o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida são importantes para o Brasil. E existem outros modelos de transferência de renda que depredaram a economia brasileira, fazendo com que terminássemos o ano aprovando, contra o meu voto, a mudança na regra do superávit primário.

Quero dizer que o Democratas não será contrário à aprovação da LDO. Nós pedimos apenas que a LDO seja composta junto a um cronograma de aprovação da LOA, para que o Governo, que hoje não transmite credibilidade, pelo menos a algumas bancadas do Congresso Nacional, não possa aprovar a LDO se utilizando do duodécimo, um doze avos por mês, esquecendo os compromissos que teria através da aprovação da LOA.

Essa é a opinião que eu queria aqui deixar diante de tudo o que tenho escutado. E lamento o fato de que, até então, o Presidente do Banco Central não tenha colocado as suas prioridades, como o controle da inflação em 6,6%, cuja meta era de 4,5%.



Esperamos que a nova equipe econômica, formada pelo Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e pelo Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, traga dias melhores para a economia no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Com a palavra o Deputado Edinho Bez, pelo tempo de 5 minutos.

Vamos encerrar as inscrições com o último inscrito, o Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Inicialmente quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Deputado Devanir Ribeiro, o Presidente do Banco Central e o Deputado Mário Feitoza. É sempre muito importante debater aqui, principalmente com as Comissões convidadas.

Eu vou fazer apenas uma pergunta ao Presidente do Banco Central. O Deputado Mário Feitoza lembrou os empréstimos consignados para aposentados. A minha pergunta é simples, até porque eu recebo denúncias. O Banco Central fiscaliza os empréstimos consignados para aposentados e funcionários públicos deste País?

Os empréstimos consignados são concorridos, como disse o Deputado Mário Feitoza, ficam à caça dos aposentados, dos funcionários públicos, pedindo, por exemplo, um financiamento de 20 meses de prazo. No décimo mês, há outra batalha: ficam atrás das pessoas que fizeram empréstimo consignado para, se quiser renovar, receberem mais dinheiro, porque, por cada contrato feito, o banco credenciado paga 3% para alguém.

A minha pergunta é o seguinte: o Banco Central tem como hábito fiscalizar esses empréstimos consignados para aposentados e servidores públicos?

Essa é a minha pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Com a palavra o último inscrito, Deputado Rodrigo de Castro, que dispõe de 5 minutos. São 50, termina 55. Cuidado para não atravessar a meta.

O SR. DEPUTADO RODRIGO DE CASTRO - Sr. Presidente, muito obrigado por fazer tanta questão do tempo com relação aos Deputados da Oposição. Gostaria



que V.Exa. tivesse o mesmo cuidado com os Deputados da base governista, mas serei breve.

Sr. Presidente, primeiro, cumprimento V.Exa. e o Deputado Mário Feitoza. Saúdo as presenças do Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, do Diretor Altamir Lopes e dos nossos companheiros Deputados.

Sr. Presidente, Alexandre Tombini, o IPCA acelerou para 0,51% em novembro, segundo projeções do próprio IBGE, e, nos últimos 12 meses, ficou acima da meta, como, aliás, tem sido comum neste Governo da Presidente Dilma.

Por outro lado, nós assistimos agora a um cenário de profunda mudança por parte do segmento econômico e do próprio Governo.

Nós tínhamos, antes da eleição, um Presidente do Banco Central que fazia projeções absolutamente sem nenhum critério, que, com o tempo, diziam que eram projeções sem nenhuma firmeza. Ou seja, nós tínhamos um Ministro da Fazenda fraco. Naturalmente que V.Exa. não tem que concordar com isso, mas essa é a realidade.

Após a eleição, houve uma mudança por parte do Governo, aumento de juros, a projeção do crescimento despencou, e a projeção que nós temos para o ano que vem é a de que será um ano extremamente difícil.

Eu queria saber de V.Exa. por que essa mudança de comportamento, após a eleição, especialmente por parte do Governo. Por que se demorou tanto a tomar essas medidas? Por que elas não foram tomadas antes? Isso indica que realmente nós estávamos vivendo com a parte econômica ou a condução dos pressupostos econômicos focada na eleição e não na realidade do País. E, agora, nós temos isso de maneira bastante diferente, uma preocupação maior com a realidade.

E fica aqui a nossa esperança e a nossa expectativa de que haja realmente mudança na condução da política econômica a partir do ano que vem, porque a condução da política econômica no Governo Dilma foi extremamente desastrosa e o País tem sofrido com isso. E a maior prova disso é essa mudança da Lei de Responsabilidade Fiscal, que coroa esse triste espetáculo que foi conduzido pela Presidente Dilma, pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega e por toda a equipe econômica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Ministro e Presidente do Banco Central Alexandre Tombini, V.Exa. tem...

Agora são cinco ou seis perguntas. Então, acho que, rapidamente, ainda dá para nós almoçarmos às 13h30min, pois nós temos que voltar forte para a tarde.

Com a palavra o Sr. Alexandre Tombini.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado, Sr. Presidente, eu procurarei ser breve e objetivo nas respostas.

O Deputado Paulo Pimenta fez considerações a respeito da Lei Orçamentária para 2015, dos parâmetros usados. Eu acho que, do ponto de vista metodológico, faz todo o sentido ter parâmetros externos ao Governo no que diz respeito à projeção de inflação, projeção de crescimento. Enfim, acho que V.Exa. discorreu com exatidão, e eu penso da mesma forma. Parece-me que a validação não é acreditar nos números de terceiros, mas o fato de ter números de terceiros ajuda no processo, não atrapalha.

Em relação ao Deputado Mário Feitoza, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, eu creio que V.Exa. menciona possibilidades para esse segmento de bancos pequenos e médios. Eu quero dizer, como já tivemos a oportunidade lá com a equipe do Banco Central de tratar questões atinentes a esse segmento e outras questões relativas ao setor financeiro, que é um segmento importante para o sistema. Os bancos pequenos e médios representam quase 18% dos ativos totais do sistema, 15,2% da carteira de crédito total, 14,4% dos depósitos totais do sistema, são 125 instituições dentro do que nós chamamos de sistema bancário, parte do Sistema Financeiro Nacional. Portanto, é um segmento importante, fundamental, inclusive para as questões concorrenciais dentro do sistema bancário.

Então, eu vejo com muito bons olhos a sua proposta — e V.Exa. teve que estudá-la — no sentido de fazer com que esse segmento continue fortalecido.

Nós tivemos um período lá fora em função da crise financeira internacional. Aqui dentro, também tivemos algumas questões relacionadas a modelos de negócios. Elas já foram trabalhadas, e hoje o sistema está mais forte do que estava, mas, certamente, eu teria a curiosidade de junto com a equipe olhar essa sua proposta sobre o consignado privado.



Como V.Exa. bem mencionou, o consignado no setor público foi uma mudança estrutural importante que fez com que o crédito avançasse, e nós vimos aqueles números lá de 25% do PIB há 10 ou 12 anos subirem para 57% do PIB hoje. Então, eu gostaria de ver essa proposta, e certamente vamos conversar sobre isso.

Em relação às suas outras perguntas, redução da desigualdade, do ponto de vista do Banco Central, eu acho que a nossa missão precípua é manter a estabilidade e o poder de compra da moeda. Aqui é entendido como controle da inflação na forma do sistema de metas de inflação. Então, essa certamente é a nossa maior contribuição para evitar que esse imposto regressivo retire renda dos mais pobres logo que tenhamos a capacidade de avançar na redução da desigualdade.

Então, essa seria a linha mestra de como o Banco Central contribui nesse debate. Obviamente, há outras coisas, como toda a agenda de inclusão financeira que nós trabalhamos firme no Banco Central, por exemplo, quando se trata de regulação sobre correspondentes bancários, o que ajudou. Digamos que os 5.500 Municípios não só tem um posto de atendimento, falando de forma mais livre, mas também houve um adensamento da provisão de serviço financeiro no País. Os 5.500 Municípios têm mais concentração de serviços financeiros, não só de crédito, mas também de depósitos, principalmente em utilização do sistema de pagamentos brasileiros, que é, enfim, um dos mais sofisticados em benefício da população.

Bem, quanto às reservas internacionais, os conceitos são segurança, liquidez e rentabilidade. Se nós estivéssemos pensando em algo como um fundo soberano, em que houvesse um país com superávit em conta corrente do balanço de pagamentos e que conseguisse acumular reservas, essas reservas poderiam talvez estar num fundo soberano e ter uma utilização que focasse mais na rentabilização e menos no conceito que tem que ser perseguido com fidelidade, nas reservas internacionais, que é o conceito segurança, liquidez, e rendimento, em terceiro lugar, bem distante, porque se trata de um seguro.

Então, eu acho que no futuro, com o desenvolvimento dos recursos naturais, havendo capacidade de acumulação de superávit de conta corrente, nós teríamos



como outros países da Ásia, do norte da Europa, um conceito de fundo soberano para esse fim. Essa é a minha visão.

Quanto ao compulsório para a solução de bancos médios, eu acho que nós temos utilizado esse instrumento como forma de irrigar a liquidez do sistema. Então, isso tem sido um instrumento, o que foi muito importante. Depois da crise de 2008, o Brasil já tinha um volume de compulsório. Esse volume de compulsório, como V.Exa. bem sabe, não são os bancos pequenos e médios que acumulam, são as grandes instituições. Os bancos pequenos e médios não têm compulsório, é praticamente zero o compulsório.

Mas esse foi o instrumento de distribuição da liquidez utilizado, e nós conseguimos, por meio de uma série de iniciativas, fazer com que a liquidez chegasse a quem mais precisava. Então, é uma ferramenta que já está na caixa de ferramentas do Banco Central, do ponto de vista de distribuição da liquidez, da liberação de compulsórios, como já fizemos.

Em relação ao Deputado Vanderlei Macris, eu, nas minhas palavras introdutórias, falei do Requerimento 709, cuja autoria é de S.Exa., e respondi em relação ao episódio que S.Exa. mencionou. Em linhas gerais, como V.Exa. bem sabe, o Banco Central calcula o resultado primário no conceito abaixo da linha, pela ótica do financiamento. Então, é basicamente o quanto variaram ativos e passivos dos entes da Federação, nos vários níveis, no Sistema Financeiro Nacional.

Então, esta é uma metodologia consagrada, internacionalmente respeitada, que passa por um processo de validação, e nós temos dados que são divulgados e que não são sujeitos à revisão. Ou seja, deve haver um critério muito bem definido para que esses dados sejam robustos.

Como V.Exa. bem mencionou também, as discrepâncias existem. As discrepâncias inclusive têm que ver com a questão do *floating*. Às vezes, você faz uma despesa no final do mês e ela é registrada no sistema financeiro um dia após a virada do mês. Isso é natural, acontece em todos os países que também têm metodologias ligeiramente distintas. Mas, como V.Exa. fez referência, o Brasil tem, ao longo da sua história, uma discrepância bastante baixa. Inclusive quando comparado com outros países da OCDE. Essas discrepâncias chegam a valores



bastante superiores às discrepâncias que nós temos no Brasil entre o abaixo da linha e o conceito acima da linha de receitas e despesas dos entes.

Ainda em relação ao caso específico, o Banco Central, à vista dos padrões da contabilidade do sistema financeiro, porque nós somos definidores de padrão para as entidades reguladas... A rubrica utilizada pela instituição era diferente da rubrica captada pelas contas fiscais, ou seja, pelo conceito abaixo da linha. Embora tenha considerado que, sob a perspectiva dos princípios contábeis, os fundamentos da instituição para fazer essa classificação eram aceitáveis, a fiscalização, com base nessa outra dimensão, que é a dimensão da captura para as estatísticas fiscais, determinou a reclassificação de volta para a rubrica do COSIF, naturalmente utilizada, historicamente utilizada.

Essa mudança — V.Exa. questionou o que foi feito — não provocou distorção na avaliação da situação econômico-financeira da instituição. Eu estou saindo da parte fiscal e indo para a parte de fiscalização. A situação econômico-financeira não muda, uma vez que não impactou a sua situação patrimonial líquida, nem o seu fluxo de caixa nem o seu resultado. Então, do ponto de vista da fiscalização, essa reclassificação contábil estava justificada, porém, do ponto de vista da captura das estatísticas, houve determinação para que voltasse o procedimento.

Então, esse é o nosso conceito abaixo da linha. Há uma verificação. Não existe dado preliminar e dado final; só existe um dado, que é o dado final, após a verificação das contas das instituições financeiras, quer dizer, dos entes federados junto às instituições financeiras. Então, é um procedimento que nós seguimos, é consagrado internacionalmente. É isso.

Em relação à sua pergunta sobre a factibilidade da meta de 1,2% do PIB para o resultado primário do ano de 2015, conforme anunciado, creio que seja um número puro. Na realidade, é difícil, mas acredito que, sim, é factível que o Governo tenha condições de atingir esse número.

Em relação aos comentários do Deputado Pauderney Avelino, talvez seja a questão mais específica. Em relação à Medida Provisória nº 661 — V.Exa. fez referência às transferências ocorridas recentemente às entidades —, elas já estão no cálculo da Dívida Bruta do Governo Geral. Esse aqui é o conceito a que, inclusive, o Ministro indicado, Joaquim Levy, fez referência na sua apresentação.



Nos cálculos da trajetória da Dívida Bruta do Governo Geral já estão essas transferências que V.Exa. mencionou e que constam da MP 661.

Em relação às questões referentes a percepções de investidores estrangeiros, naturalmente o Banco Central lida com acompanhamento de volatilidade tanto do mercado cambial quanto de outros mercados. Independentemente da fonte, nós estamos observando sempre todos os movimentos nas variáveis financeiras.

Queria dizer que, do ponto de vista da estabilidade, no nosso acompanhamento diário, nós não temos visto nada de diferente no Brasil, em relação às outras economias, neste período mais recente, a respeito de volatilidade.

Quanto à Bolsa, temos visto variações de curto prazo, mas a moeda estrangeira também está variando junto com o movimento internacional de fortalecimento do dólar, como eu me referi anteriormente.

O Deputado Celso Maldaner falou sobre os ciclos: o primeiro ciclo, de exportação de *commodities*; o segundo, do consumo, enfim, também fez alguns comentários sobre a questão fiscal. Acho que não tem pergunta específica para mim. O Deputado Felipe Maia também fez seus comentários, mas sem perguntas para mim, nesse caso.

Deputado Edinho Bez, certamente, o Banco Central fiscaliza todas as instituições, os tipos de operações. Naturalmente, nós temos, sim, não só o hábito, como o dever de fiscalizar, inclusive, o consignado, nesse caso.

Deputado Rodrigo de Castro, queria mencionar o que eu falei aqui anteriormente. Basicamente, na questão do COPOM, nós temos um calendário que é publicado com 1 ano de antecedência. Quer dizer, todos conhecem a cronologia, faz parte da governança, nós não podemos mudar: *“Nós vamos fazer uma reunião hoje, porque hoje nós queremos decidir sobre os juros.”* Não. Isso está deferido. Então, no calendário, que foi conhecido 1 ano antes, nós tínhamos a última reunião antes das eleições, em 2 e 3 de setembro, e depois tivemos reunião nos dias 28 e 29 de outubro. Ou seja, as nossas decisões são decisões técnicas e têm a ver com as projeções de inflação.

Eu discorri anteriormente sobre qual era a nossa estratégia em setembro, o que aconteceu desde lá. O dólar estava a 2,25 reais e foi para 2,50 reais, teve uma



valorização nominal de 10% entre uma reunião e outra. Então, aquela estratégia que nós tínhamos, de manter as condições sem reduzir a taxa num horizonte relevante da política monetária, que nos levaria a uma convergência, nesse horizonte, para o centro da meta, teve de ser modificada em função desse quadro, que variou não em função de qualquer processo doméstico, mas houve um fortalecimento grande do dólar naqueles meses, entre setembro e outubro.

Então, não mudou a atitude do Banco Central, mudaram as circunstâncias, e o Banco Central ajustou a sua política de acordo com a nova estratégia, para fazer a convergência da inflação no horizonte relevante, nesse caso, até 2016.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Só um minutinho. Agora são os 2 minutos para a réplica e a tréplica.

Pela inscrição, eu tenho aqui: Paulo Pimenta (*pausa*); Vanderlei Macris (*pausa*), também não; Celso Maldaner, já foi embora; Mário Feitoza, (*pausa*); Felipe Maia (*pausa*), também não.

Agora é V.Exa., Deputado Edinho Bez. Só para nós cumprirmos o Regimento e dizer que o Presidente está...

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Com certeza. Sou disciplinado e cumpridor também do nosso Regimento.

Eu fui chamado para atender um Deputado da Comissão de Fiscalização, e prestei uma informação ali. Peço desculpas ao Presidente do Banco Central, que, nesse ínterim, foi tão rápido e acabou respondendo à minha pergunta, se o Banco Central fiscaliza ou não os empréstimos consignáveis dos funcionários públicos aposentados.

Peço desculpas. Se V.Exa. puder novamente respondê-la, serei grato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO ALEXANDRE TOMBINI - Certamente, Deputado Edinho Bez, nós temos o dever de fiscalizar inclusive essa linha, que é uma linha que cresceu bastante nos últimos anos.

O consignado, como bem dizia o Deputado Mário Feitoza, foi objeto de grande expansão. Então, nós, não por hábito, mas por dever de ofício, inclusive,



olhamos para essa questão. Temos olhado, ao longo do tempo, a evolução do crédito consignado.

V.Exa. mencionava algumas situações em relação ao crédito consignado, grande concorrência na concessão, gerando alguns problemas no passado. Nós temos endereçado isso, sim, com cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Bom, encerrando os nossos trabalhos, eu quero agradecer, como Presidente da Comissão, a V.Exa., Sr. Presidente, e a toda sua equipe técnica, ao Presidente da Comissão de Finanças, que está aqui, Deputado Mário Feitoza, e a todos os Senadores e Deputados que aqui permaneceram.

Acho que foi muito bom, elucidou várias coisas. Nós estamos tendo mais clareza. Nós vamos precisar, inclusive, dessas orientações, como disse aqui o Paulo Pimenta, para podermos construir um relatório da Receita mais coerente e também uma LDO mais baseada nas informações coerentes que V.Exa. nos transmitiu.

Então, mais uma vez, agradeço a presença de todos.

Não vou voltar mais aqui no ano que vem, mas continuo no Brasil. Sou brasileiro e quero que a economia vá bem, para que eu possa estar bem enquanto brasileiro também.

Muito obrigado.

Uma boa tarde a todos.